

Revistado SINAIT

Uma Publicação do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho

**Carta de João Pessoa aponta
indignação da categoria com medidas
do governo federal**



**Sinait premia
vencedores do
concurso
de Artigos Científicos**

**Secretários do MTE
participam do 33 Enafit**

Prescrição do FGTS



CARTA DE JOÃO PESSOA		4
ABERTURA		6
ENCONTROS		9
ENCONTRO COM A SIT		9
ENCONTRO COM PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO		11
PAINÉIS		13
ATUAÇÃO POLÍTICA		13
TRABALHO ESCRAVO		16
PANORAMA INTERNACIONAL		29
PROJETO PARAÍBA		21
PRESCRIÇÃO DO FGTS		22
VII JORNADA IBEROAMERICANA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO		24
CURSOS		26
DEBATE TÉCNICO		30
LANÇAMENTO DE LIVROS		31
CONCURSO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS		34
PALESTRA MOTIVACIONAL		37
TRIBUNA LIVRE		39
COMISSÕES DE POLÍTICA DE CLASSE		42
ENCERRAMENTO		46
34º ENAFIT		48
PROGRAMAÇÃO CULTURAL		49
AGRADECIMENTOS		50



Carta de João Pessoa aponta indignação da categoria com medidas do governo federal

Os enafitianos aprovaram a Carta de João Pessoa na plenária de encerramento do 33º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, realizado de 13 a 18 de setembro, na capital paraibana. O documento sintetiza as discussões realizadas durante o Encontro e aponta os anseios da categoria para assegurar a legítima defesa dos trabalhadores no território nacional. O texto traz ainda, recomendações da categoria para que o Governo Federal fortaleça a Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos em João Pessoa, Paraíba, por ocasião do 33º Encontro Nacional da categoria, e diante do cenário de crise econômica, política, ética e institucional vividas pela nação, dirigem-se à sociedade e em especial aos trabalhadores para manifestar sua indignação pelas medidas recentemente adotadas e outras anunciadas pelo Governo Federal, que penalizam o conjunto dos trabalhadores, dentre os quais os Auditores-Fiscais do Trabalho, cuja atividade promove cidadania, assegura a dignidade da pessoa humana e reafirma o valor social do trabalho, pilares da Constituição de 1988.

O congelamento de salários, a redução de garantias constitucionais, a suspensão de concursos públicos e o aumento de impostos são, mais uma vez, medidas equivocadas, que prejudicam a população e são incapazes de alcançar as verdadeiras causas da crise.

A volta da CPMF, sob o pretexto de cobrir suposto déficit da Previdência Social, é mais um ônus para a sociedade que poderia ser evitado, caso fosse ampliado o combate à sonegação decorrente da falta da carteira de trabalho assinada de 30,8% dos empregados brasileiros, o que corresponde a uma evasão da ordem de R\$ 79,3 bilhões por ano para os cofres previdenciários. Também poderia ser fortalecido o enfrentamento de uma tragédia social que sangra a nação, representada pelos mais de 700 mil acidentes de trabalho, pelos 14,6 mil casos de invalidez permanente e pelas 2,8 mil mortes de trabalhadores que ocorrem todos os anos, infortúnios esses que afetam a dignidade do trabalhador, reduzem a força de trabalho e representam um custo imoral estimado em R\$ 70 bilhões anuais para o País.

Custaria pouco ao Brasil e, efetivamente, traria melhores resultados, investir na ampliação do quadro fiscal para cobrar débitos já existentes, do que aumentar ainda mais a carga tributária. Cada Auditor-Fiscal do Trabalho corresponde a um investimento máximo de apenas R\$ 0,001/habitante/ano e, além disso, somente a arrecadação do FGTS, realizada diretamente por esses servidores em 2014, corresponde a cinco anos de toda a sua folha de pagamento anual.

A falta de investimento na fiscalização do trabalho decorre do desprestígio político do Ministério



do Trabalho e Emprego e se reflete na sua precária infraestrutura atual, com escassez de recursos, defasagem tecnológica, déficit na quantidade de servidores de apoio e sucateamento de prédios, doze deles atualmente interditados. Além disso, está criticamente reduzido o quadro fiscal, que corresponde a apenas 0,46 Auditores-Fiscais do Trabalho por município brasileiro e apresenta 1.096 cargos vagos. Segundo estudos recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o quadro deveria ser composto por cerca de 8.500 Auditores-Fiscais do Trabalho, mas há apenas 2.548 em atividade.

A tais fatores se somam ingerência política na indicação para cargos estratégicos nas unidades descentralizadas do Ministério, além de insegurança institucional quanto ao destino do órgão, o que também fragiliza a sua atuação.

Especificamente em relação ao FGTS, estudos realizados pela Auditoria-Fiscal do Trabalho demonstram que, se não lhes forem asseguradas condições operacionais, em 2019 prescreverão pelo menos R\$ 16,6 bilhões, referentes a uma parte da inadimplência do Fundo, o que equivale a metade do déficit do orçamento da União para 2016. Mantidas as atuais condições da auditoria-fiscal, essa dívida levará 16 anos e três meses para ser fiscalizada, o que a conduzirá ao ralo da prescrição e será mais um escândalo vergonhoso para o Brasil.

O país vive uma crescente onda de desemprego e o combate à inadimplência do FGTS é importante ferramenta de recuperação e geração de novos postos de trabalho. Levantamento do Conselho Curador do FGTS referente a 2014 demonstra que foram gerados e mantidos 4,1 milhões de empregos em obras públicas financiadas com recursos do Fundo.

Portanto, cobrar aquela dívida bilionária daria mais aporte de recursos ao FGTS, propiciando a realização de obras estruturantes que decerto promoveriam a retomada do crescimento econômico, com geração de empregos, sendo uma alternativa concreta e viável para enfrentar o cenário de crise, ao invés de simplesmente se reduzir as parcelas do seguro-desemprego, como foi estabelecido pelo ajuste fiscal. A manutenção dos postos de trabalho geraria economia ao Erário e liberaria recursos para a qualificação da mão-de-obra, evitando a necessidade dos trabalhadores recorrerem àquele benefício, que é provisório e contingencial e não garante seu futuro e de sua família.

O Auditor-Fiscal do Trabalho é o agente do Estado que tem atribuições legais e capacidade técnica para intervir e transformar a realidade do mundo do trabalho, sendo, assim, protagonista em todos os aspectos do contexto aqui referido.

É indispensável, portanto, que a Auditoria-Fiscal do Trabalho seja valorizada, fortalecida e integrada a uma estrutura institucional que efetivamente seja capaz de lhe conferir condições para o exercício pleno de sua missão constitucional como carreira típica de Estado, conforme preconizam a Carta Política de 1988 e a Convenção 81 da Organização

Internacional do Trabalho.

Ressaltam ainda, a importância social, econômica e arrecadatária da categoria na preservação dos direitos, vida e saúde do trabalhador e promoção da inclusão social, bem como estão atentos para que os ataques ao mundo do trabalho, inclusive direcionados às normas de proteção à saúde e segurança, não fragilizem sua atuação nem possam representar ameaça à dignidade dos trabalhadores. Os Auditores-Fiscais do Trabalho persistem firmes no combate às chagas do trabalho escravo, da exploração do trabalho infantil e dos acidentes de trabalho que envergonham a nação brasileira.

João Pessoa, 18 de setembro de 2015

Na Paraíba, reflexões sobre a carreira e a alegria da confraternização



33º Enafit discutiu o protagonismo da Auditoria-Fiscal do Trabalho na luta pelo trabalho decente

Reflexão sobre os avanços e desafios da carreira, confraternização e muita alegria foram ingredientes da noite de abertura do 33º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, que acontece pela segunda vez em João Pessoa, capital da Paraíba, onde o sol nasce primeiro e traz consigo a hospitalidade do povo paraibano. Os anfitriões entoaram, com entusiasmo, o hino popular da Paraíba, “Meu sublime torrão”, contagiando os mais de 600 convidados da solenidade no Paço dos Leões, na noite de 13 de setembro, em João Pessoa (PB).

A presidente do 33º Enafit e Delegada Sindical do Sinait na Paraíba, Maria da Paz Bezerra do Nascimento, usou poesia para dar as boas-vindas aos enafitianos. Em um texto que fez um resumo de tudo o que aconteceria ao longo da semana, Maria da Paz exaltou os 27 Estados brasileiros, representados no evento por Auditores-Fiscais de todo o país, falou de João Pessoa, de suas belezas naturais, da arte, da história e refletiu sobre a importância da Auditoria-Fiscal do Trabalho. “Aqui é cenário



Maria da Paz usou a poesia para dar as boas-vindas aos colegas

ideal para estudos, discussões dos temas mais instigantes inerentes à Inspeção para partilhar experiências, angústias, inquietações e deixar fluir emoção”, disse. Maria da Paz citou também o Grupo Móvel de Fiscalização, que luta no combate ao trabalho escravo e completa 20 anos de existência em 2015. “Forma justa de homenagem à Auditoria-Fiscal do Trabalho, protagonista no combate à escravidão. São exatos vinte anos de uma luta incessante na libertação de escravos das condições degradantes. Muitos forçados a trabalhar com jornadas exaustivas, liberdade

cerceada, violência, ameaça e a submissão por dívida”, lamentou. Outra preocupação da presidente do 33º Enafit é quanto ao número limitado de Auditores-Fiscais do Trabalho em todo o país, em especial na Paraíba. “Situação da Paraíba: todos sobrecarregados, não mais que quarenta e um para fiscalizar todo o Estado. Também são acometidos por doenças no trabalho decorrente de stress, em nível bem elevado. Conclusão a que chegou estudo de um professor em tese de doutorado”.

O secretário de Inspeção do Trabalho, Paulo Sérgio de Almeida, que participou da solenidade de abertura representando o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, falou dos avanços brasileiros ao longo dos últimos 12 anos: “Neste período o país gerou mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada, aumentou o salário médio dos trabalhadores, com a elevação do salário mínimo, que subiu 76% acima da inflação e melhorou o poder de compra dos brasileiros”. Para o secretário a Auditoria-Fiscal do Trabalho tem dado grande contribuição para a proteção dos trabalhadores brasileiros, especialmente no combate ao trabalho escravo e infantil. Ele lamentou a existência destas chagas no país e falou da importância da divulgação da Lista Suja, porque em sua opinião, o povo tem direito de saber quem são os empregadores de escravos no país.

Além disso, ele citou a participação do Auditor-Fiscal na arrecadação de FGTS e disse que o Ministério do Trabalho e Emprego não permitirá que cortes no orçamento comprometam a fiscalização. Paulo Sérgio falou ainda sobre a crise econômica e política pela qual o país está passando. “Nossa convicção é de que a crise atual é preocupante, mas passageira. Confiamos na nossa capacidade de superação e vamos lutar para não haver retrocessos”.

Valorização dos Auditores-Fiscais

Vilson Romero, presidente da Anfip e vice-presidente do Fonacate falou da importância da Auditoria-Fiscal no combate ao trabalho degradante, do seu papel nos avanços sociais do país por meio da fiscalização do FGTS e da necessidade da paridade entre as carreiras. “Levantamos a bandeira da paridade, somos parceiros na luta pela valorização dos Auditores-Fiscais”.

A vice-governadora da Paraíba, Lídia Feliciano, acolheu os enafitianos, falou dos avanços do governo do Estado na proteção do trabalhador e disse que os Auditores-Fiscais merecem que seja feita justiça à categoria. “Sei



Lídia Feliciano, vice-governadora da Paraíba acolheu Auditores-Fiscais de todo o país presentes no Encontro

que o trabalho de vocês não é fácil. Reconheço a necessidade de aumentar o número de Auditores-Fiscais, que zelam para que o trabalhador brasileiro tenha trabalho digno. Parabéns àqueles que combatem o trabalho escravo. Inspirem-se nas nossas belezas e escrevam a Carta de João Pessoa, para que faça valer a dignidade do trabalhador brasileiro”, disse referindo-se ao documento que sintetiza as discussões do Encontro.

Conquistas e desafios

Para finalizar a solenidade de abertura a presidente do Sinait, Rosa Jorge, fez seu último pronunciamento como presidente do Sindicato em um Enafit, exaltando a força da categoria, que se reflete no fortalecimento da entidade e na acertada política sindical posta em prática dentro de um sistema democrático e participativo. “É uma força proporcionalmente inversa ao número de Auditores-Fiscais do Trabalho, caracterizado por grande capacidade de superação de adversidades, dentro e fora do Ministério do Trabalho e Emprego. Somos pouco mais de 2.500 em atividade hoje. Apesar disso, estamos mais fortes, mais unidos e mais conhecidos”.

Rosa Jorge lembrou o desafio de consolidar a nova estrutura do Sindicato, aprovada em 2011, citando que não há alteração de paradigmas sem resistências. “Tudo o que foi conquistado deve-se à capacidade de mobilização e de união proposta



Auditores-Fiscais da Paraíba cantam o hino popular do Estado na solenidade de abertura

pela Diretoria do Sinait e não às divisões da categoria, como algumas propostas. Afinal nosso padrão é um só – o Governo Federal centralizado em Brasília, Esplanada dos Ministérios. Forjamos nosso protagonismo com trabalho árduo, com luta, com coragem e com justiça. É complexa

a atuação junto a muitos órgãos e autoridades, com limites legais e muita burocracia. As frentes de trabalho são múltiplas e simultâneas, a gama de assuntos é imensa”.

As lutas, as conquistas e os desafios da categoria foram colocados por Rosa Jorge, que encerrou com um trecho da velha, mas atual canção que nos lembra sempre que “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”, versos do cantor e compositor paraibano, Geraldo Vandré.

Homenagem

No final da solenidade o Sinait e a Delegacia Sindical de Goiás prestaram homenagem à Auditora-Fiscal do Trabalho, Elene Maria Fleury, que faleceu no último mês de julho. A Delegada Sindical Odessa Florêncio leu texto escrito por Katleem Marla Pires de Lima, que emocionou os enafitianos, lembrando a alegria e vitalidade da Auditora-Fiscal. Elene atuou no Estado de Goiás e foi a primeira mulher a presidir o Sinait, entre 1993 e 1995. Apaixonada pela luta sindical, Elene deixou um legado para a Auditoria-Fiscal de Trabalho, atividade que ela exerceu a partir de 1975, quando passou no concurso público.

Veja o vídeo de homenagem a Elene Fleury. [\(link\)](#)

Veja os principais trechos do discurso de Rosa Jorge. [\(link\)](#)



Auditores-Fiscais da Paraíba cantam o hino popular do Estado na solenidade de abertura

Encontro com a SIT



Auditores-Fiscais do Trabalho têm encontro com secretários do MTE

Secretários participam do Encontro

Os secretários Executivo e de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, Francisco Ibiapina e Paulo Sérgio de Almeida, participaram do 33º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit na manhã de 14 de setembro, em João Pessoa (PB). Eles fizeram exposição sobre a atuação de suas secretarias e esclareceram dúvidas dos Auditores-Fiscais do Trabalho. Também participou o Auditor-Fiscal do Trabalho Rinaldo Marinho, chefe do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho – DSST.

Paulo Sérgio falou dos avanços da SIT, modernização de programas e sistemas, especialmente o Sistema de Fiscalização do Trabalho – SFIT, criado há vinte anos. Os projetos temáticos, como combate ao trabalho escravo e infantil, arrecadação do FGTS, Plano de Combate à Informalidade, estratégia nacional de combate aos acidentes de trabalho, cumprimento de cotas de inclusão de aprendizes e pessoas com deficiência e trabalho aquaviário. Ele citou ainda a luta pela aprovação da Lei Orgânica da carreira, por melhorias como compra de novos veículos, pela mudança em normas, por mais visibilidade aos resultados da fiscalização e com total transparência.

O secretário, entretanto, disse que nada

funciona, por mais que se faça, sem Auditores-Fiscais do Trabalho. A situação é crítica e a SIT



Paulo Sérgio de Almeida fez exposição sobre atuação da SIT

está em estado de alerta. Por causa do pequeno número de Auditores-Fiscais as metas da

fiscalização, mais uma vez, não serão cumpridas. Paulo Sérgio disse ainda que está nos planos da SIT tornar a Escola de Inspeção do Trabalho – Enit uma estrutura forte e atuante. Também falou sobre o acordo de cooperação técnica com o Ministério Público do Trabalho – MPT que, na opinião dele, tem muitos pontos positivos e alguns momentos de tensão que a SIT tenta solucionar.

Segurança e Saúde do Trabalho

Na área de SST, segundo Rinaldo Marinho, a falta de Auditores-Fiscais do Trabalho está sendo contornada com o planejamento de ações, tanto pela SIT como pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTES. Atualmente o foco é na prevenção de acidentes e na fiscalização de itens constantes de diversas Normas Regulamentadoras - NRs que, comprovadamente, atuam sobre os principais fatores de acidentes, como quedas de altura.

A análise de acidentes tem aumentado e tem sido base para a revisão, atualização e construção de novas NRs e ainda para ações regressivas para a Previdência Social. A divulgação dos dados tem sido organizada em forma de fichas, de modo a preservar dados sigilosos e disponibilizar o que é de interesse público e de livre acesso à informação.

Outras iniciativas, como campanha contra acidentes de trabalho, pacto nacional, Abril Verde, têm sido encampadas pelo MTE para melhorar a atuação na área de SST. O tripartismo, para Rinaldo, é fundamental e há várias comissões em funcionamento para revisar e construir novas NRs. A defesa da NR 12 sob forte ataque de dois Projetos de Decreto Legislativo, um na Câmara e outro no Senado, tem consumido grande esforço da DSST, em parceria com o Sinait. O trabalho parlamentar desenvolvido conseguiu retirar os pedidos de urgência para a votação, dando mais tempo para o trabalho de convencimento dos parlamentares sobre o assunto.

Secretaria Executiva

Francisco Ibiapina reiterou que a Secretaria Executiva tem trabalhado pela recomposição do quadro da Auditoria-Fiscal do Trabalho. Ele participou de reuniões no Ministério do Planejamento com os ministros Manoel Dias (então Ministro do Trabalho e Emprego) e Nelson Barbosa e assessores para tratar do assunto. Ele não vê perspectivas para a realização de um concurso para preencher todos os cargos vagos. O MP sinaliza um concurso com 150 vagas para este ano e mais 150 vagas em 2016.



Rinaldo Marinho falou do planejamento de ações de SST

Ibiapina afirmou que também tem trabalhado para garantir autonomia aos Auditores-Fiscais do Trabalho e se dispõe a propor alterações no Regulamento da Inspeção do Trabalho, se necessário, para alcançar esse objetivo. Ele disse contar com o apoio da SIT no sentido de emitir Notas Técnicas que fundamentem mudanças normativas e as alterações administrativas feitas, são para agilizar determinados procedimentos que estavam ficando paralisados por muito tempo, em função da burocracia. Na Inspeção do Trabalho, entretanto, qualquer nomeação deve passar pela SIT. Os abusos, se forem cometidos, serão inibidos.

O secretário afirmou que o Sistema Único do Trabalho não está mais em discussão. Para substituí-lo foi apresentado o PL Sine, que pretende reestruturar o atual Sistema Nacional de Emprego, com maior participação das SRTES. Questionado pelo vice-presidente do Sinait sobre a atuação parlamentar do MTE sobre projetos prejudiciais aos trabalhadores e aos Auditores-Fiscais do Trabalho que estão tramitando no Congresso, o secretário disse que acompanha, mas atua a partir de demandas. Para o Sinait, esse trabalho deve ser permanente e mais efetivo.

Os secretários receberam sugestões que, asseguraram, serão levadas para encaminhamentos e análise, sempre com o intuito de melhorar procedimentos e garantir a atuação dentro da lei, com autonomia para os Auditores-Fiscais do Trabalho.

Encontro com Profissionais de saúde e segurança do trabalho



Público acompanhou atentamente as explicações sobre a NR 12

NR 12 é tema de Encontro com os profissionais de Saúde e Segurança do Trabalho

Com auditório lotado, a Auditora-Fiscal Aida Becker fez uma palestra para profissionais de Saúde e Segurança no Trabalho sobre a Norma Regulamentadora - NR 12, que dispõe sobre a proteção de máquinas e equipamentos. A apresentação foi realizada no dia 14 de setembro.

Aida é coordenadora da Comissão Nacional Tripartite Temática – CNTT/NR 12 que revisou o texto da Norma para adequá-la às mudanças tecnológicas nos maquinários e parques industriais brasileiros e também aumentar o rigor na segurança de máquinas antigas. A Comissão é composta por representações de trabalhadores, governo e empregadores.

Na palestra, a Auditora-Fiscal traçou um histórico sobre a proteção de máquinas e equipamentos desde o artigo 192, de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a promulgação da Convenção 119 da Organização Internacional do Trabalho – OIT em 1991, até as

recentes discussões sobre a NR 12, cuja primeira versão foi publicada em 1978. Segundo ela, a efetividade da Norma é facilmente constatada por números. “Ao longo da década de 70, a média era de 30 mortes para cada 100 mil trabalhadores registrados. Nos dias atuais, a média é de seis. Mas continua sendo grave”, apontou.

Aida completou que, de acordo com o Ministério da Previdência, 85% dos acidentes de trabalho envolvendo máquinas e equipamentos são típicos. Porém, 30% deles são ferimento, fratura e traumatismo superficial ao nível do punho e da mão. “A mutilação traz consequências emocionais e físicas irreversíveis ao trabalhador. Tem gente que pensa que não ter uma das mãos não implica em dificuldades no dia a dia. Mas experimentem tomar um banho sem uma delas, por exemplo”.

Ela também destacou a importância do tripartismo para a elaboração de Normas Regulamentadoras. O Brasil é signatário da Convenção 144 da OIT, que trata da existência de Comissão Tripartite Paritária Permanente para o processo de revisão ou elaboração de regulamentações na área de segurança e saúde

no trabalho e de normas gerais relacionadas às condições de trabalho.

Segundo Aida, a elaboração ou revisão de uma NR não acontece da noite para o dia. Após a conclusão do texto base, este vai para consulta pública, que dura 60 dias. “Em seguida, as sugestões são apreciadas pelo Grupo de Trabalho Tripartite – GTT para então concluirmos a redação final. O texto revisado é publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE por meio de portaria”, esclareceu ela.

A Auditora-Fiscal lamentou os ataques sofridos pela NR 12, revisada em 2010, tanto por setores da classe patronal quanto no Congresso Nacional. Ela contou que participou do trabalho parlamentar do Sinait para evitar que um requerimento de urgência para a votação de um projeto, que susta a Norma, fosse aprovado no Senado. “Agora temos que ficar atentos a qualquer movimentação sobre o tema na Câmara e no Senado. Há parlamentares que defendem explicitamente a suspensão da NR 12, principalmente por considerarem que as micro e pequenas empresas não têm condições de atender alguns requisitos”, completou.

Para Aida, não faz sentido sustar o texto de uma Norma que seguiu todos os trâmites legais e administrativos para ser revisada, inclusive, com a participação da bancada patronal.

Defesa da NR-12

Na mesa de abertura, antes do início da palestra, o vice-presidente do Sinait, Carlos Silva, reiterou que a proteção e preservação do arcabouço normativo, que protege o trabalhador brasileiro, faz parte das lutas do Sindicato Nacional. Ele acrescentou que os profissionais da área de SST têm a missão de sensibilizar,

tanto empregadores, quanto trabalhadores, de que a vida é o bem mais precioso de todos. “Não é adicional de insalubridade, de periculosidade, não é aquela loucura de trabalhar, realizar horas extras e aumentar o salário. Não é aquela loucura desenfreada de cumprir uma orientação de um chefe que não se importa com a vida do trabalhador”.

Ele afirmou que cabe aos Auditores-Fiscais do Trabalho a tarefa de desafiar as empresas que não conseguem compreender que têm obrigação social pelo respeito à vida e à dignidade dos trabalhadores. “A vida deve estar acima de qualquer coisa. É isso que nós Auditores-Fiscais buscamos: garantir a vida, a proteção dos trabalhadores, o direito do trabalho e o cumprimento das Normas Regulamentadoras”, concluiu.

Rinaldo Marinho, chefe do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT/MTE, elogiou a iniciativa do Sinait de dedicar parte da programação do 33º Enafit para os profissionais da área que, para ele, contribuem para a prevenção de acidentes. “Vocês conhecem, na prática, no chão de fábrica, no dia a dia das empresas, como devem ser aplicadas as Normas Regulamentadoras em benefício do trabalhador”.

Rinaldo comparou os números dos acidentes que envolvem máquinas e equipamentos com uma guerra. “São 200 mortes por ano e 14 mil amputações. É uma tragédia”. De acordo com ele, a sociedade precisa se mobilizar em defesa da NR 12, diante de tantos ataques. O chefe da DSST explicou que a polêmica em torno da revisão da Norma começou quando os prazos para adaptações das empresas foram se esgotando, sem que fossem feitas. “Para alguns empregadores, parece mais fácil sustar a NR do que cumpri-la”.



Aida Becker esclareceu diversos pontos sobre a Norma Regulamentadora



Atuação política em defesa da Auditoria-Fiscal

Dirigentes do Sinait, deputados federais e representantes da Anfip, da Fenafisco e do Mosap debateram na manhã de segunda-feira, 14 de setembro, os desafios da tramitação e aprovação das Propostas de Emendas à Constituição – PECs 555/2006, 186/2007 e 102/2015 na Câmara dos Deputados, além da Campanha Salarial 2015. A discussão ocorreu no primeiro dia de debates técnicos do 33º Encontro Enafit.

Os deputados federais paraibanos Benjamin Maranhão (SD) e Manoel Júnior (PMDB) disseram que as pautas que tratam da Auditoria-Fiscal crescem na Câmara, assim como a intensa participação dos Auditores-Fiscais do Trabalho no Parlamento.

Segundo o vice-líder do PMDB, Manoel Júnior, 1º vice-presidente da Comissão de

Finanças e Tributação – CFT, tem aumentado o número de temas importantes da área de Auditoria-Fiscal do Trabalho na Comissão. “As PECs 186 e 555 são do nosso conhecimento, mas, agora, estão estigmatizadas em função da crise financeira do país, e também da rotulagem da imprensa como ‘pauta bomba’”.



Deputado Manoel Júnior, da Paraíba

Apesar disso, o deputado se comprometeu a conversar com o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), para tratar da relevância das duas matérias e a possibilidade de mantê-las em pauta ainda neste semestre. “No caso da PEC 555 a causa é mais urgente. Afinal, precisamos fazer justiça aos trabalhadores que passaram a vida contribuindo e continuam apesar de já estarem aposentados. Isso precisa acabar”.

Argumento reforçado pelo deputado Benjamin Maranhão (SD), presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público –



Deputado Manoel Júnior, da Paraíba

CTASP, que confirmou disposição de apoiar os pleitos do Sinait. “Estamos à disposição da categoria que pode contar com o nosso empenho em suas lutas no Parlamento”. Empenho aceito pela presidente do Sinait, Rosa Maria Campos Jorge, que pediu aos deputados para ajudar também na tramitação da PEC 102/2015, que fixa a remuneração da categoria em 90,25% dos



Rosa Jorge falou das lutas do Sinait em defesa da categoria

ministros do Supremo Tribunal Federal – STF. Ela disse que a categoria vive um momento politicamente maduro. “Tivemos uma experiência parlamentar significativa na luta pela inclusão dos Auditores-Fiscais na PEC 443/2009, em que os colegas fortaleceram a ação na Câmara de uma forma impressionante. Faltaram apenas 39 votos para nossa inclusão na proposta”.

Entidades

Para o presidente da Associação Nacional dos auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfip, Vilson Antônio Romero, os partidos, as entidades e as representações sociais estão vivendo um momento delicado em razão da grave crise política e econômica que



Rosa Jorge falou das lutas do Sinait em defesa da categoria

o país atravessa. Segundo ele, o governo tem 25 mil cargos comissionados, com 4 bilhões de verbas parlamentares que estão contingenciadas. “Nossas lutas estão à mercê de guerras internas do governo”.

Segundo Romero, a Anfip representa 30 mil Auditores-Fiscais da Receita entre ativos e aposentados. “É um número significativo. No entanto, precisamos da participação de todos para conseguir a aprovação dos nossos pleitos no Congresso”. Ele lembrou que são seis anos trabalhando pela aprovação da PEC 555. “Já falamos com todo mundo. Vamos falar com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e



Rosa Jorge falou das lutas do Sinait em defesa da categoria

esperamos conseguir o apoio dele para colocar em breve a matéria em votação”.

Manoel Isidro dos Santos Neto, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - Fenafisco, alegou aos enafitianos que a luta pela PEC 186 é uma oportunidade que trará, além de segurança para a arrecadação federal, estadual e municipal, vantagens remuneratórias. Para que a proposta seja aprovada no Congresso Nacional é necessário o envolvimento das bases nos Estados. “Precisamos que cada deputado federal seja visitado em seu Estado por nossos representantes. As bases trarão força para que a proposta seja aprovada na Câmara”.

Edison Guilherme Haubert, presidente do Instituto Mosap, considera a união das categorias em pleitos comuns relevante. “O Mosap só existe graças à força das entidades e podemos contar com os deputados Manoel Júnior e Benjamin Maranhão, porque eles já apoiaram ações favoráveis à PEC 555 na fase da obtenção das assinaturas e acredito que agora não será diferente”.

Campanha Salarial 2015

Ao final das exposições, Rosa Jorge, presidente do Sinait, disse que as PECs fazem parte das ações da Campanha Salarial 2015 e aproveitou para fazer um histórico das lutas para os enafitianos. Frisou que as atividades do Sinait

estão sendo desenvolvidas sempre em parceria com a Anfip e o Sindifisco Nacional.

Segundo ela, as atividades desenvolvidas pelas bases nos Estados são fundamentais para o movimento e precisam continuar. Além de reforçar a importância da categoria para o governo. “Nós rendemos, cada Auditor-Fiscal do Trabalho, 270 milhões por mês (?). Nós mantemos o Ministério do Trabalho e não podemos ter receio de reivindicar nossos direitos”.

São informações, de acordo com Rosa Jorge, que estiveram presentes na mesa de negociações no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP. “Esses pontos foram colocados e não tivemos nenhuma resposta do Planejamento. Além disso, tentamos reverter a proposta dos 21,3% dividido em quatro anos, mas o governo também não quis negociar”.

De acordo com Rosa Jorge, o governo sinalizou ideias na negociação, em particular sobre o Bônus Vinculado à Eficiência, depois da intensa movimentação da categoria na Câmara dos Deputados na ação pela aprovação da PEC 443. “Fizemos história e mostramos nossa força nesta atividade, ninguém pode ter dúvida sobre isso”. No entanto, o governo não avançou neste tema. “Deixamos claro que não poderia haver quebra de paridade entre ativos e aposentados”, disse Rosa Jorge. Também não houve proposta em relação à atualização dos valores referentes ao auxílio creche, indenização de transporte e diárias.



Rosa Jorge falou das lutas do Sinait em defesa da categoria

Trabalho escravo



Rosa Jorge falou das lutas do Sinait em defesa da categoria

Combate ao trabalho escravo: conquistas e desafios da fiscalização

A ocorrência de trabalho escravo no Brasil 127 anos após a assinatura da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no país, é um desafio cada vez maior para a Auditoria-Fiscal do Trabalho. Em função da atenção que o tema desperta, o 33º Enafit dedicou o painel especial Auditoria Fiscal do Trabalho: Protagonista no combate ao trabalho escravo, para a discussão do papel da fiscalização, seus avanços e desafios para a erradicação desta chaga.

Neste ano de 2015 comemora-se 20 anos da criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel com números expres-

sivos: mais de 50 mil trabalhadores foram libertados no período e o Brasil tornou-se referência mundial no combate ao trabalho escravo. Apesar disso, Auditores-Fiscais estão preocupados com a continuidade do projeto, em razão do sucateamento do Ministério do Trabalho e Emprego – EU, que coloca em risco as ações.

Valderez Maria Dias Monte, Auditora-Fiscal pioneira no combate ao trabalho escravo, disse que não gosta muito do termo protagonismo por parecer vaidoso, mas admite que esta luta está exclusivamente dentro do mundo da Auditoria-Fiscal do Trabalho. Ela fez um relato sobre a evolução da fiscalização na área e homenageou

Dom Pedro Casaldáliga, que formulou a primeira denúncia de trabalho escravo no Brasil. De



Marinalva Dantas, Luís Alexandre e Valderez Monte

acordo com Valderez, no início do processo havia muita resistência em relação às ações. “Éramos tachados de turistas rurais, não havia entendimento de que realmente existia trabalho escravo no Brasil, porque as pessoas esperavam que encontrássemos a escravidão tradicional, com gente amarrada em troncos. Com a criação do Grupo Móvel, a SIT buscou pessoas que acreditavam e gostavam do tema. Ninguém foi coercitivamente. Fomos todos por livre e espontânea vontade e loucura”, brincou.

A Auditora-Fiscal fez um alerta para a necessidade do trabalho em parceria e disse que ele é rico e eficaz. “Temos que baixar a guarda e buscar um meio termo para aparar as arestas com outras instituições, porque precisamos da parceria. O trabalho escravo existe, é cruel, não acabou e não vai acabar tão cedo. Infelizmente há um total desrespeito com a Auditoria-Fiscal do Trabalho”, concluiu.

O Auditor-Fiscal Luís Alexandre Faria faz parte do viés do combate ao trabalho escravo urbano, que em sua opinião, deveria ser mais visível. “Nosso desafio é tirar esse manto de invisibilidade, mas não importa se é rural ou urbano. Não precisamos desse esforço intramuros para convencer ninguém de que existe um histórico de trabalho escravo nas cidades”. Luis Alexandre falou da atuação do Grupo Móvel em São Paulo em duas frentes: as cadeias produtivas e o tráfico de pessoas.

Na primeira, em que a população mais vulnerável é de trabalhadores imigrantes vindos de áreas de pobreza extrema da Bolívia, Peru e do Paraguai e trabalham no setor de vestuário, o principal problema encontrado é a alegação de desconhecimento por parte dos empregadores. Já na segunda, as ações de recrutamento, transporte e alojamento das pessoas, têm como objetivos a exploração sexual, serviços forçados e remoção de órgãos. Apesar das dificuldades e da recorrência de casos, o Brasil “é visto com muitos bons olhos pela comunidade internacional na questão da fiscalização de imigrantes estrangeiros”, disse o Auditor.

Para o Auditor-Fiscal Benedito de Lima e Silva Filho o modelo atual de combate ao trabalho escravo está esgotado e os grupos regionais estão resgatando mais trabalhadores do que os móveis. Benedito acredita que isso se deve ao descaso do Ministério do Trabalho em relação à Auditoria-Fiscal e conclamou os colegas a disseminarem experiências inovadoras em todos os Estados. “O trabalho da equipe de Luís Alexandre em São Paulo precisa ser disseminado para todo o Brasil, para que possamos sonhar sonhos possíveis”, disse.



Jacqueline Carrijo

Protagonismo e dificuldades

Jacqueline Carrijo lembrou que Valderez Monte é um dos símbolos do protagonismo da Auditoria-Fiscal no combate ao trabalho escravo. Para ela, o inédito nunca assustou os Auditores-Fiscais porque não existe vazio jurídico quando o tema é Direitos Humanos. “A metodologia deve ser mudada, porque jornada exaustiva é trabalho escravo, sim. Tem que mudar, porque o abuso não mudou. Cadê o resgate de crianças e adolescentes? Por que a exploração de crianças não é trabalho escravo?”, questionou.

Jacqueline disse ainda que cada país tem suas características, seu entendimento. “A nossa falta de estrutura é levada para a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae por meio do Sinait. Os trabalhadores brasileiros precisam de Auditores-Fiscais com coragem e vontade para o combate. Com todas as dificuldades, evoluímos nas nossas ações e somos uma categoria respeitada.

Marinalva Dantas falou sobre o início dos trabalhos, que tiveram um peso maior na fiscalização do trabalho infantil, antes do trabalho escravo. “A criança sempre está levando a pior, cerceada nos seus direitos. Juízes do Trabalho estão mais sensíveis, tanto que estão criando varas especiais para julgar os casos e isso é muito positivo”. Marinalva falou também da importância da lista de Trabalho Infantil Perigoso – Lista Tip. “Só de olhar a gente percebe a degradação. Temos que nos alertar para isso, porque o país tem mais de 3,2 milhões de crianças no trabalho degradante. Não podemos fazer vista grossa”, alertou.

A Auditora-Fiscal falou também sobre as constantes ameaças que a categoria sofre e a falta de segurança. “Somos intimados em casa,

no nosso endereço residencial. Ainda assim não deixo de me pronunciar sempre que há tentativa de desqualificar o trabalho escravo, porque trabalho infantil, servidão por dívida e exploração sexual é sim, trabalho escravo". Sobre a repercussão do livro *A Dama da Liberdade*, do qual é protagonista, Marinalva disse que os Direitos Humanos são a linha mestra do trabalho da carreira e que ela é um somatório das vontades e saberes de todos os Auditores-Fiscais do Trabalho.

Pessoas que fazem a diferença

O jornalista e escritor Klester Cavalcanti, autor do livro *A Dama da Liberdade*, disse que sempre procura tratar de Direitos Humanos em suas obras. Ele contou que a ideia inicial era produzir um livro onde cada capítulo falasse de um trabalhador escravizado, mas entendeu que isso tornaria o texto muito pesado e triste. Ele ouviu falar de Marinalva pela primeira vez em 1999, quando fazia uma reportagem sobre trabalho escravo na Amazônia. "Pensei logo nela para ser a personagem do livro pelo fato de ser uma mulher, nordestina, fazendo aquele trabalho.



Jornalista e escritor Klester Cavalcanti

O tempo passou e quando fui para São Paulo e comecei a ganhar prêmios com meus livros, voltei a lembrar dela e fiz o primeiro contato, pensando em um livro biográfico que tratasse o trabalho escravo sem o peso que o tema exige", contou.

Klester disse que para fazer a biografia era preciso contar as dores, as alegrias e os traumas da personagem, porque ela tem que ser uma pessoa real. "Uma mulher que libertou tantos escravos em pleno Século XXI, tinha que ter defeitos". O jornalista ouviu mais de 70 pessoas, de várias partes do país. Para o autor, infelizmente algumas pessoas ficaram de fora e ele gosta de

personalizar, porque em sua opinião, quem faz a diferença são as pessoas e não as instituições. "Não foi o governo federal que esteve na Fazenda Forquilha, no Pará, para libertar trabalhadores. Foi a Marinalva. Em outros lugares foi a Valdevez e foram tantos outros, pessoas físicas, seres humanos, que abrem mão da convivência com a família e amigos para fazer esse trabalho. Eu destaco isso no livro. Queria falar de todos vocês por

meio da Marinalva. Se não fossem as pessoas, o Brasil não teria libertado 50 mil escravos em 20 anos", acrescentou.



Klester Cavalcanti e Marinalva Dantas



Painel tratou de aspectos da fiscalização em diversos países

Eficiência da fiscalização x descaso com segurança e saúde dos trabalhadores

Na tarde de terça-feira, 15 de setembro, os enafitianos discutiram o tema saúde e segurança no painel "Panorama Internacional da Fiscalização do Trabalho em Segurança e Saúde do Trabalho". O aumento constante do número de acidentes envolvendo trabalhadores e a falta de políticas públicas para sanear o problema deixa o Brasil em situação frágil. Apesar disso, os Auditores-Fiscais brasileiros têm mais autonomia para fazer autuações, se comparados com inspetores de outros países. Foi o que afirmou Eva Patrícia Pires, Auditora-Fiscal e assessora da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT.

De acordo com Eva Patrícia, em muitos países os Ins-

petores do Trabalho enfrentam problemas com questões de competência, coordenação e falta de independência. "Felizmente no Brasil os Auditores-Fiscais são servidores públicos, têm autonomia e são respeitados", analisou. Ela afirmou ainda que em boa parte do mundo, adicionalmente à Inspeção do Trabalho em plano principal, há inspeções especializadas que reportam a ministérios setoriais. As principais ocorrências são na agricultura, florestamento, mineração, estações de energia nuclear, portos e transportes públicos", disse. A assessora da SIT valorizou a atuação da categoria na defesa dos trabalhadores brasileiros e disse que para estes, os Auditores-Fiscais são a última esperança que resta.

O diretor de Segurança e Saúde do Sinait, Francisco Luís Lima, alertou para o aumento no número de acidentes no Brasil e no mundo e mostrou dados alarmantes: anualmente ocorrem



Jacqueline Carrijo

cerca de 317 milhões de acidentes de trabalho no mundo, com 2,3 milhões de óbitos, o que significa 37 mil acidentes por hora, com 266 mortes, ou quatro trabalhadores mortos por minuto no mundo por acidente do trabalho ou doença ocupacional. Estes números representam um custo de três trilhões de dólares anuais, 4% do PIB mundial.

No Brasil, a construção civil é o setor da economia com maior número de acidentes de trabalho. Nesta área, o país ocupa o terceiro lugar em número de acidentes no mundo, mas está em



Franklin Martins

primeiro lugar em número de óbitos, com cerca de 450 por ano. A construção civil é ainda o setor com o maior número de acidentes fatais analisados pelos Auditores-Fiscais do Trabalho. As principais causas são queda, choque elétrico e soterramento. De acordo com Francisco Luís, tudo isso se deve à improvisação das empresas, que não se preocupam com a segurança de seus trabalhadores.

Franklin Rabelo de Araújo, diretor-adjunto de Segurança e Saúde do Sindicato Nacional, falou sobre a missão do Ministério do Trabalho e Emprego que é promover trabalho, emprego e renda e garantir condições dignas ao trabalhador, por meio de políticas públicas participativas e sustentáveis, que visem contribuir para o bem-estar individual e o desenvolvimento econômico e social do país. Em sua opinião, a falta de segurança de trabalhadores brasileiros coloca em risco os pressupostos desta missão.

O Auditor-Fiscal falou também sobre os

sistemas de inspeção existentes: o especializado, o integral e o misto. Este último está sendo adotado com sucesso na Europa e os inspetores recebem capacitação para usá-lo. O Brasil também está migrando para o sistema misto, porém Auditores-Fiscais não recebem qualquer tipo de treinamento. Franklin Rabelo considera o sistema misto mais vantajoso, mas critica a postura brasileira de adotá-lo sem dar o treinamento adequado para os Auditores-Fiscais.

A experiência da União Europeia

O espanhol Salvador Amat Batlle, que esteve no Brasil em razão de um acordo de cooperação técnica entre Brasil e Espanha, participou do painel e mostrou a realidade da inspeção na União Europeia (EU), em especial no seu país. Chamou a atenção o número de inspetores na União Europeia, em contraste com a defasagem dos profissionais no Brasil. Enquanto a população de 501 milhões de pessoas daquele bloco econômico conta com 20 mil inspetores, numa proporção de um profissional para cada grupo de 25 mil pessoas, 200 milhões de brasileiros contam com cerca de 2.500 Auditores-Fiscais do Trabalho, ou um para cada grupo de 80 mil pessoas.



- Salvador Batlle falou da fiscalização na UE e Eva Patrícia comparou o Brasil com outros países

De acordo com Salvador Batlle a Espanha tem uma lei de inspeção mais moderna, aprovada no último mês de julho, que permite maior amplitude da fiscalização e conseqüentemente, melhora as condições de segurança e saúde da população.

Sistema de avaliação de conformidade e adequação às normas de sst (projeto paraíba)

Projeto previne acidentes de trabalho e melhora relação de empresas com a Auditoria-Fiscal

Auditores-Fiscais da Paraíba estão trabalhando em um projeto inovador de prevenção de acidentes de trabalho, que possibilita mudar a visão que as empresas têm da Auditoria Fiscal. Em função do seu viés educativo e proativo, o Programa de Gestão Compartilhada - PGC, tem boa receptividade das empresas, que hoje atuam de forma permanente nos cuidados com saúde e segurança. O assunto foi discutido em um painel na tarde de quarta-feira, 16 de setembro.

O PGC surgiu da necessidade de envolver as empresas na prevenção de acidentes e da percepção de Auditores-Fiscais de que o quadro reduzido inviabiliza uma fiscalização mais ativa. "O Brasil possui 2573 Auditores para fiscalizar um total de 2,9 milhões de empresas. De acordo com estes números são necessários 20 anos para fechar o ciclo em todas as empresas, por isso elas costumam não levar em conta a fiscalização", esclareceu Ulisses Freitas de Sousa, Auditor-Fiscal da Paraíba e coordenador do programa.

O programa consiste em envolver os profissionais de segurança e saúde das empresas e conscientizá-los da necessidade de aplicação e adequação das normas de SST. De acordo com Ulisses Freitas as empresas aceitaram muito bem o projeto e mensalmente elas prestam informações do Ministério do Trabalho e Emprego sobre as condições de SST no seu ambiente. "Fazemos reuniões mensais nas empresas e os seus técnicos de Segurança e saúde passaram a ser mais ouvidos internamente, a partir da importância de cumprimento das exigências. Deixamos de ser o bicho papão e nos tornamos parceiros na prevenção de

acidentes", observou.

A Auditora-Fiscal Ana Mércia Fernandes lembrou que em geral, a fiscalização atua a partir de ações já ocorridas, num processo mais reativo, em função da dificuldade de planejar as ações, já que são poucos Auditores. Para ela a motivação maior do sistema é que a empresa seja mais proativa e não haja apenas depois de uma tragédia ou da visita da fiscalização. "A implementação do sistema gerou em algumas empresas o entendimento que a segurança do trabalho não é apenas para atender a fiscalização e o assunto passou a ter mais visibilidade e importância dentro das organizações", disse.

Ana Pinho, Engenheira de Segurança do Trabalho e subcoordenadora do PGC, considera importante a parceria para o sucesso do programa, uma vez que quando a gestão de segurança envolve vários atores, fica mais fácil obter resultados e lembrou da importância de ampliar o programa. "Há uma grande e positiva troca de experiências possibilitada pelo grupo. Seria ainda mais enriquecedor se o projeto tivesse uma dimensão nacional".

Resultado positivos

Ulisses Freitas contou como as empresas têm se empenhado para se adequar às normas de segurança e saúde e citou o caso da empresa têxtil Coteminas, que participa do programa envolvendo diversas unidades no processo. Segundo o Auditor-Fiscal, ao tomar conhecimento do programa, o diretor-geral do grupo orientou que o sistema fosse usado em todas as unidades, inclusive na internacional, sediada na Argentina. "Profissionais de todas as unidades da empresa vieram à Paraíba para receber orientações e hoje atuam preventivamente, para nosso orgulho", contou.

I Prescrição do FGTS



Painel abordou alterações em regras do FGTS

Desafios para atuar com o novo prazo de prescrição do FGTS

O painel “A Repercussão da Prescrição Quinquenal na Arrecadação do FGTS” apresentou versos e reversos que englobam três órgãos que lidam com o Fundo: a Auditoria-Fiscal do Trabalho, a Procuradoria da Fazenda Nacional e a Caixa Econômica Federal. O tema foi discutido, no dia 16 de setembro, durante o 33º Enafit. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS teve algumas regras modificadas recentemente por decisão do Supremo Tribunal Federal – STF.

Neste painel, os palestrantes falaram de que maneira essas alterações influíram em seus órgãos.

De acordo com o Auditor-Fiscal do Trabalho Celso de Barros Filho, o prazo da nova prescrição do FGTS é seis vezes mais rápido do que o anterior. “O Auditor-Fiscal tem um tempo bem menor para levantar o débito do Fundo de Garantia, que antes era de 30 anos e passou a ser de cinco anos”.

Para Celso, é uma situação muito difícil, já que os Auditores-Fiscais se encontram com um quadro reduzido. “Atualmente, em proporção, nós temos menos de meio Auditor-Fiscal por município brasileiro”. Além disso, são necessários mais recursos e mais Auditores-Fiscais para conseguir vencer dois desafios, explica Celso Barros: levan-

tar o débito de antes da decisão do Supremo, que vai vencer em 13 de novembro de 2019 – todo de uma vez – e fazer face à nova velocidade exigida, a partir da decisão do STF, que é de cinco anos.

Segundo Celso Barros, não é possível vencer estes dois pontos sem suporte. “Não será



Celso Barros

possível superar esses desafios sem recursos, estruturas e sem mais Auditores-Fiscais do Trabalho”. Ele disse ainda que a conta vai ser paga pelo trabalhador, de duas formas. Primeiro, terá menos tempo para reclamar na Justiça do Trabalho os seus créditos do FGTS levantados pela Fiscalização do Trabalho. Outro ponto é que o Fundo financia, indiretamente, obras públicas de saneamento, habitação e de infraestrutura urbana.

Em 2014 o FGTS ajudou a gerar mais de 4 milhões de emprego em todo o país. “O empregado vai ser atingido, porque a prescrição desse recolhimento provocará a redução de emprego pela diminuição dos recursos no Fundo de Garantia”.

Prescrição

Cesar Verzulei de Oliveira, procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional – PFN da Paraíba, analisa que a redução do prazo de 30 para cinco anos do recolhimento do FGTS representa uma carga muito grande para os órgãos de cobrança. “O novo sistema pede mais celeridade de atuação e de ajuizamento do Fundo, que exigirá mais rapidez da Fiscalização do Trabalho e da PFN”.

No que tange ao trabalhador, o procurador-Chefe acredita que ele será atingido inicial-

mente já que alguns prazos podem estar prescritos. “Na prática é difícil mensurar, dívida velha é difícil de ser cobrada, mas nós vamos ter que compensar essa mudança jurídica”.

Segundo Cesar, neste processo uma maneira de contribuir para melhorar as resoluções e empecilhos que possam aparecer é fazer do trabalhador um parceiro na cobrança do recolhimento do FGTS. “Os órgãos públicos não vão conseguir fazer tudo sozinhos, precisamos que os trabalhadores nos ajudem”.

Afinal, de acordo com ele, atualmente há várias tecnologias disponíveis como o “SMS da Caixa Federal em que o empregado pode acompanhar o depósito do seu fundo de garantia e denunciar o patrão caso ele não faça o depósito”.

Para Hélio Luís Mutinelli, gerente-executivo da Caixa, a melhor maneira de o trabalhador se proteger é acompanhar o recolhimento do seu Fundo de Garantia. No caso de o empregado perceber que o depósito não está sendo feito, ele deve ir até uma agência da Caixa e informar para as devidas soluções.

A participação do trabalhador no processo é fundamental, explica Mutinelli, porque caso o empregador deixe de depositar o FGTS, ele, ‘o trabalhador’, fica alijado dos recursos para financiar a sua habitação e também socorrê-lo em caso de alguma doença e outras situações previstas em lei.



VII Jornada Iberoamericana



A Inspeção do Trabalho no mundo em discussão na VII Jornada Iberoamericana

VII Jornada Iberoamericana discute crise no emprego

“A crise no emprego: desafios da inspeção do trabalho na garantia dos direitos do trabalhador” foi o tema da VII Jornada Iberoamericana, do 33º Enafit, em João Pessoa (PB). Nas exposições, os palestrantes descreveram as experiências de seus países e reafirmaram que uma maneira de fortalecer o emprego seria investindo na Inspeção do Trabalho, como forma de aumentar arrecadação, fortalecer as relações de emprego e proteger o sistema social e econômico das nações.

Para Stanley Gacek, oficial encarregado do Escritório da Organização Internacional do Trabalho – OIT no Brasil, a integridade e a eficácia da Inspeção do Trabalho é um eixo imprescindível do sistema normativo da OIT, das políticas e dos fundamentos essenciais da organização. Nesta luta, segundo ele, nos últimos 20 anos, o Brasil tem sido referência de boas práticas na Inspeção do Trabalho para o mundo. “A criação e as realizações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, com mais de 50 mil trabalhadores resgatados das condições de trabalho escravo no país, é um exemplo para o planeta”.

Terceirização e subcontratação

Desafios que estão longe de uma solução no Uruguai, de acordo com Pedro Osuna, presidente da Associação dos Inspectores do Trabalho do Uruguai – AITU. A Inspeção do Trabalho no país sofre com a globalização, que descentraliza, explora o empregado, desconcentra a produção

e subcontrata a força de trabalho. “A descentralização das estruturas de trabalho, provocada pela globalização, tem fragmentado as relações de emprego e dificultado a proteção do trabalhador no mercado formal e informal”.

Pedro Osuna criticou a terceirização que provoca vários problemas, como a crise do modelo tradicional de emprego, a competitividade desigual, a perda de direitos contínuos dos empregados, entre outras coisas. “A informalidade constitui um empecilho ao trabalho decente, já que está associada a condições degradantes de trabalho, desde o ponto de vista da seguridade social, saúde até a proteção social do trabalhador”.

Sérgio Voltolini, Inspetor do Trabalho no Uruguai, acredita que a inclusão social seja uma maneira de combater a informalidade. Com esse propósito, foi feito no país um projeto para diminuir a informalidade em 20% em cinco anos. A meta foi elaborada pela Comissão de Informalidade Social do Conselho Nacional de Economia, em 2008. “Para conseguir esse intento, a recomendação foi aumentar a fiscalização em setores com alto potencial sonogador, como o serviço doméstico, setor de calçados e bebidas alcoólicas, entre outros”.

Além disso, o número de pessoas ocupadas, de acordo com o documento ECH 2009 (INE), era de 1.542.996, das quais 32% não estavam registradas formalmente. Destes, 9% se declaravam em condições de subemprego. “Informalidade alimentada pela exclusão, em que 86% dos trabalhadores não se encontravam registrados na segurança social e apenas 43% tinham conseguido terminar o primário”. Segundo Voltolini, a experiência demonstra que, em geral, o trabalha-

dor informal se encontra mais desprotegido que o empregado registrado e “não denuncia sua situação pelo medo de represálias como a perda do emprego e também de seus poucos direitos”.

Desemprego na Espanha

Mercedes de La Cruz, representante do Sindicato dos Inspectores do Trabalho da Espanha, fez uma análise da crise de emprego em seu país. Ela disse que no terceiro trimestre de 2007 o país estava no auge da crise, com mais de 20 milhões de desempregados e o desaparecimento de 3 milhões de postos de trabalho. Período em que, surpreendentemente, a crise não afetou a todos os trabalhadores igualmente, principalmente no que tange ao nível educacional. “Os mais especializados tiveram suas relações flexibilizadas, a partir de incentivos perversos para uma formação

desenvolvimento econômico”.

Para Carlos, é necessário resistir às pressões de segmentos empresariais contra o direito do trabalho e o desenvolvimento social e econômico. Para isso, é fundamental fortalecer a Convenção 81 da OIT no Brasil, cujo desrespeito já foi denunciado pelo Sinait à instituição. Além disso, é preciso combater os ataques às garantias constitucionais, como a publicação das Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2014, no final do ano passado. Enquanto isso as ameaças aos trabalhadores continuam e se aprofundam com a tramitação, no Senado, do Projeto de Lei da Câmara – PLC 30 2015, que terceiriza de uma forma sem precedentes as relações de trabalho.

Ao final da apresentação, o vice-presidente do Sinait denunciou uma decisão política do atual



Representantes da Espanha, Brasil, Paraguai e Uruguai durante a Jornada

continuada vinculada à criação de valor de ativos das empresas”. Teoricamente se encontravam mais seguros. No caso de demissão, entretanto, havia muita dificuldade para uma recolocação.

La Cruz disse ainda que, no caso dos menos qualificados, havia grande insegurança nas relações de emprego. “No caso de demissão existia uma demora em sua recolocação no mercado de trabalho. Os trabalhadores levavam seis meses ou mais para conseguir retornar ao mercado de trabalho”.

Ataques aos direitos dos trabalhadores

De acordo com Carlos Silva, vice-presidente do Sinait, as questões atuais de desemprego ocupam um papel central na discussão das políticas, tanto no cenário macroeconômico quanto de compensações sociais. Por isso, segundo ele, “as formulações de políticas públicas dirigidas às políticas de emprego e renda devem ser desenvolvidas com o objetivo de proteger o cidadão e o

governo federal que anunciou, nesta segunda-feira, 14 de setembro, a fusão do Ministério do Trabalho e Emprego – EU e do Ministério da Previdência Social. Após o relato, pediu o apoio do representante da OIT, Stanley Gacek, contra esta situação que poderá prejudicar de uma forma sem precedentes o trabalhador e também os Auditores-Fiscais do Trabalho. Stanley Gacek disse que levaria a nova situação ao órgão e empenhou o apoio ao Sinait e também aos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Em tempo: Alguns dias após o Enafit, o Congresso Nacional aprovou reforma ministerial proposta pela presidente Dilma Rousseff, que entre outras mudanças, permitiu a fusão dos dois ministérios, contrariando trabalhadores, sindicatos e a sociedade. Além disso, a fusão ministerial agrava a já fragilizada situação das SRTes, que deixa Auditores-Fiscais e servidores administrativos em condições precárias de trabalho.

Curso enfoca aplicativo do eSocial para o trabalho doméstico



As novas regras para trabalhadores domésticos foram apresentadas

O primeiro curso de atualização do 33º Enafit atraiu dezenas de Auditores-Fiscais do Trabalho na manhã de terça-feira, 15 de setembro. O assunto foi o Módulo Simplificado do eSocial – Trabalho Doméstico, ministrado pelos Auditores-Fiscais do Trabalho Margarida Barreto de Almeida e José Gomes Pacheco Filho, ambos de Minas Gerais.

Segundo os monitores, o curso foi todo desenvolvido para oferecer aos enafitianos uma visão integral do eSocial, permitindo o entendimento do aplicativo destinado ao empregador doméstico. Na primeira parte do curso foi feita uma explanação geral sobre o projeto. A seguir foram abordados os aspectos da Lei Complementar 150/2015 e a conclusão se deu com uma mostra do aplicativo e o seu funcionamento.

Os Auditores-Fiscais explicaram que o eSocial é um projeto do governo federal que vai contemplar todos os empregadores brasileiros. Visa reunir em um só ambiente todas as informações previdenciárias, fiscais e trabalhistas que se encontram dispersas em inúmeros documentos, simplificando o cumprimento das obrigações acessórias por parte dos empregadores, resguardando o direito dos trabalhadores e fornecendo informações de qualidade ao governo federal.

Os pequenos empregadores, que não possuem sistemas de folha de pagamento, nem

reúnem recursos e condições para desenvolvê-los, terão à sua disposição um aplicativo desenvolvido na Web, contemplando todas as funcionalidades necessárias ao cumprimento das obrigações acessórias, implantado a partir de 1º de outubro de 2015, no endereço www.esocial.gov.br, atendendo, inicialmente, apenas o empregador doméstico.

O aplicativo disponibilizado no Portal do eSocial, destinado ao empregador doméstico, terá funcionalidades que permitirão o registro de todas as obrigações relativas à contratação do empregado, desde o cadastramento inicial até o seu desligamento. O empregador poderá, ainda, gerar a folha de pagamento do empregado, os recibos e o DAE, que funcionará como uma guia unificada, reunindo as contribuições previdenciárias, o FGTS e o Imposto de Renda. No desenvolvimento do aplicativo tem-se buscado a máxima simplificação para que o usuário tenha à sua disposição uma ferramenta útil, necessária e de fácil manejo.

Todas as informações prestadas através do aplicativo Web ficarão armazenadas em um ambiente próprio, denominado “Ambiente Nacional”. Essas informações serão disponibilizadas a todos os órgãos partícipes do consórcio do eSocial e serão usadas nos limites da competência e responsabilidade de cada um.



O curso trouxe uma visão integral sobre o eSocial

Rotinas para o uso de sistemas da fiscalização em computadores



A dificuldade para fiscalizar sistemas informatizados foi tema de curso

O segundo curso de atualização do 33º Enafit foi sobre “Rotinas de otimização do computador para facilitar o uso dos Sistemas de Fiscalização”, ministrado pelos Auditores-Fiscais do Trabalho Marcelo Amorim Ferrari - MT e Wlaudecyr Antonio Goulart, ambos do Mato Grosso, na manhã desta quarta-feira, 16 de setembro.

O curso abordou as dificuldades que o Auditor-Fiscal do Trabalho encontra rotineiramente no uso dos sistemas informatizados e acessos via web de ferramentas da fiscalização. Os monitores falaram da adequação dos hardwares - computadores pessoais e notebooks -, uma vez que, cada vez mais, os sistemas exigem equipamentos com configurações avançadas, permitindo não só a compatibilidade de softwares, mas velocidade de processamento desejável.

A importância da segurança para proteção, tanto do hardware quanto dos dados, foi des-

tacada como fator fundamental ao bom funcionamento do equipamento e garantia da integridade dos arquivos armazenados. Daí a necessidade de boas ferramentas de proteção - antivírus, firewall, senhas de acesso.

Atenção especial também é dada à navegação via web, que exige cada vez mais cuidados a fim de bloquear ou não permitir ameaças potenciais de danos aos dados e invasões indesejadas no computador que possam comprometer o perfeito funcionamento do equipamento.

Por fim, Marcelo e Wlaudecyr detalharam todos os sistemas e acessos web necessários ao cotidiano da Auditoria-Fiscal do Trabalho, a instalação dos programas e quais plataformas estão mais adequadas ao seu perfeito funcionamento - sistemas operacionais, navegadores de internet, conexão virtual de acesso à rede do MTE – VPN, entre outros.



Destaque para a segurança e proteção de dados

Análise de Acidentes do Trabalho: Estudos de Casos – Acidentes Fatais e Terceirização



Enafitianos participaram ativamente dos cursos

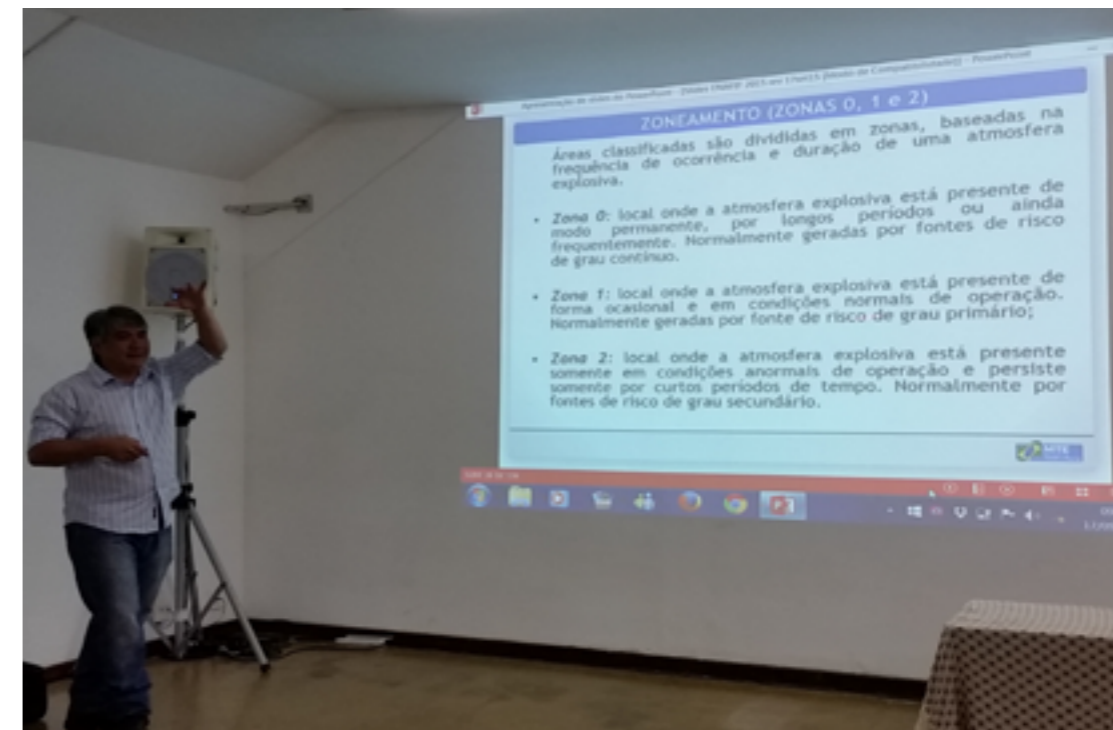
Muitos estudos sobre terceirização foram feitos numa tentativa de explicar porque os resultados da segurança do trabalho foram adversamente afetados, incluindo, especialmente, a ocorrência de acidentes do trabalho. Nesse sentido e para ratificar essa afirmação e realidade, os Auditores-Fiscais do Trabalho Ana Mércia Vieira Fernandes e José Ribamar Rodrigues Gomes apresentaram dois estudos de casos relativos à ocorrência de acidentes do trabalho fatais em serviços terceirizados, no setor da construção civil.

O primeiro caso diz respeito a acidente de trabalho fatal por queda de altura de cerca de 60 metros no serviço de montagem de um elevador social, de um prédio em construção. O segundo caso tratou do acidente que gerou três vítimas, sendo duas graves e uma fatal, por soterramento em obra, na fase de execução da fundação de um prédio em construção, ambos na cidade de João

Pessoa, em 2014. Esses eventos foram apresentados tendo como base as ações fiscais realizadas durante as análises, incluindo o levantamento e registros de dados coletados, procedimentos adotados, medidas de proteção sugeridas e implementadas nas atividades onde ocorreram.

No curso foi utilizada uma metodologia que permitiu aos participantes uma melhor compreensão dos acidentes como fenômenos complexos e pluricausais, pois os seus fatores geradores interagem, permitindo uma maior compreensão e aprofundamento dos mesmos. Esses fatores estão inseridos em um sistema produtivo, considerando seus aspectos técnicos e sociais, na análise da falta/falhas de medidas de prevenção. E, nesses estudos de casos, foi incluída a forma de contratação dos serviços e da mão-de-obra, tendo como pano de fundo a contribuição da terceirização na ocorrência dos eventos apresentados.

Fiscalização em ambientes com atmosferas potencialmente explosivas



Vários temas foram abordados nos cursos oferecidos nesta edição

O curso de “Fiscalização em ambientes com atmosferas potencialmente explosivas”, ministrado pelo Auditor-fiscal do Trabalho Renato Hidero Yoshida (MG) no dia 17 de setembro, abordou os locais com áreas classificadas que, por definição, são locais onde existe ou onde haja a possibilidade de existência de atmosfera explosiva. Muitas empresas, mesmo após o tema ter se tornado explícito na Norma Regulamentadora – NR 20, ainda não sabem do que se trata e confundem o estudo de classificação de áreas com mapa de risco. A NR 20 trata de Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis.

O estudo de classificação permite que a empresa utilize equipamentos adequados em atmosferas explosivas, a fim de que não se tornem fontes de ignição para explosão. Além da adequação dos equipamentos, faz-se necessário que as instalações também estejam adequadas. Para isso, as empresas necessitam capacitar os

seus profissionais de modo que tenham conhecimento efetivo do tema e não apenas superficial.

Muitos incêndios e explosões que ocorrem por desconhecimento do tema pelas empresas, têm como conclusão da análise de acidentes que curtos-circuitos ocasionaram tais fatos. Pode ser que tenha sido por isso, mas, na maioria das vezes, a causa principal foi a especificação de um equipamento inadequado e/ou instalação inadequada para a área classificada. A explosão ocorrida na plataforma de petróleo São Mateus (ES), operada pela empresa BW off Shore, e o incêndio no terminal de Alemoa, em Santos (SP), podem ter sido ocasionados devido ao tema em questão.

Renato Yoshida chamou a atenção para a necessidade de capacitação dos Auditores-Fiscais do Trabalho no tema, para realizar boas ações fiscais e análises de casos e acidentes. Segundo ele, o curso foi apenas treinamento básico do tema.

Audidores-Fiscais do Trabalho participam de debate técnico sobre duração de trabalho

Audidores-Fiscais do Trabalho lançam livros e site



Pontos da legislação trabalhista sobre duração do trabalho foram discutidos em debate técnico

Num clima de bate-papo informal, os Auditores-Fiscais do Trabalho José Miguel Campos Júnior (MG) e Luiz Antônio Araújo de Medeiros (RN) dialogaram com os colegas participantes do 33º Enafit, no dia 15 de setembro, sobre "Duração do Trabalho – aspectos polêmicos". Foram discutidos vários pontos da legislação trabalhista que suscitam dúvidas quanto à sua aplicabilidade nas ações fiscais.

Entre os temas debatidos estavam a prorrogação e a compensação de jornada, incluindo seus limites e condições, a jornada 12 x 36 horas, a jornada do operador de telemarketing, a prorrogação de trabalho noturno, trabalho em

tempo parcial, o repouso semanal remunerado, incluindo a sua coincidência com o domingo, o trabalho em feriados, trabalho da mulher, dentre outros que surgiram.

No assunto jornada 12 x 36 horas foi apresentado um comparativo entre o empregado celetista e o empregado doméstico, cuja jornada foi recentemente regulamentada pela Lei Complementar 150/2015. Foram ressaltados, ainda, os efeitos que iriam ocorrer sobre a jornada 12 x 36 dos empregados celetistas caso a proposta contida na recente lei não tivesse sido vetada.



Produção literária contribui para difusão do conhecimento sobre a carreira

Os Auditores-Fiscais do Trabalho Benedito de Lima Silva e Filho (CE), Carlos Alberto de Oliveira (RJ), Jair Teixeira Reis (ES), José Antônio Medeiros (RN), José Gomes Pacheco Filho (MG) e Luiz Alfredo Scienza (SE) lançaram seus livros e publicações no dia 15 de setembro. A maioria das obras trata de temas relacionados ao mundo do trabalho e à atuação da Auditoria-Fiscal do Trabalho. Também foi apresentado um livro dedicada a crianças e um site de legislação trabalhista. As diretoras do Sinait Francimary Michiles e Lilian Carlota Resende apresentaram os autores.

Identificação do Trabalho Degradante

No livro "Degradância Decodificada", editado pela Expressão Gráfica e Editora Ltda, Benedito de Lima Filho, utiliza a lógica Fuzzy para basear um modelo de auxílio à identificação de trabalho degradante, que desenvolveu em parceria com o doutor em Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo – USP, Renato de Mello.

Segundo o autor, a lógica Fuzzy trata de forma racional e científica as informações comumente encontradas nos ambientes de

trabalho, principalmente nas operações do Grupo Especial Móvel de Fiscalização. Por isso, o modelo leva em consideração que mesmo sendo subjetivas as informações colhidas na ação fiscal, podem ser tratadas matematicamente.

Benedito de Lima e Silva Filho é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e mestre em ergonomia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Exerce a função de coordenador de um dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel do MTE desde 2004.

Direito das crianças e adolescentes

Jair Teixeira Reis lançou o livro "Direito da Criança e do Adolescente – Questões Trabalhistas Infanto-Juvenis", pela Editora LTr. A obra é destinada aos profissionais do Direito da área trabalhista, do Serviço Social e de Direitos Humanos.

No livro o autor explica porque criança não pode trabalhar e a condição de aprendiz, quando, a partir dos 14 anos o jovem pode trabalhar, porém realizando curso teórico. Escreve também sobre estagiários que, a partir dos 16 anos, poderão aplicar seus conhecimentos teóricos na empresa. Por fim, a obra destaca a condição do trabalhador em si, a partir dos 16 anos, com a restrição de

que, antes dos 18 anos, não exerça atividades insalubres, perigosas ou penosas.

Além de Auditor-Fiscal do Trabalho, Jair Teixeira Reis é doutor em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa e professor de Ciência Política, Direitos Humanos, Direito do Trabalho e Previdenciário na Faculdade São Geraldo – FSG, no Espírito Santo.

eSocial

“eSocial: Modernidade na prestação de informações ao governo federal”, publicado pela Editora Atlas, é a publicação de José Gomes

completa que a ideia central do eSocial, portanto, é a unificação da prestação das informações.

José Gomes Pacheco Filho é mestre em Ciências Contábeis pela FGV/RJ e especialista em Direito do Trabalho. É professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Faculdade de Minas – Faminas-BH.

SST e Construção Civil

Luiz Alfredo Scienza é um dos autores do livro de artigos científicos “Saúde e Segurança do Trabalho na Construção Civil Brasileira”. A obra é resultado de dez anos de discussão sobre o tema entre Auditores-Fiscais do Trabalho, Procuradores e Juizes do Trabalho.



Enafit abriu espaço para Auditores-Fiscais apresentarem suas obras



Enafit abriu espaço para Auditores-Fiscais apresentarem suas obras

Pacheco que divide a autoria com o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil Samuel Kruger. Os dois participaram dos grupos responsáveis pela concepção e especificação do projeto eSocial que envolvia o antes denominado Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e outros órgãos.

O objetivo do eSocial é a captação de informações dos empregadores e contribuintes relativos ao registro de trabalhadores, suas remunerações e outras informações tributárias, trabalhistas e previdenciárias.

No livro, os autores esclarecem os conceitos inerentes a cada obrigação dos empregadores e contribuintes e os respectivos processos do eSocial, para que a prestação das informações seja cumprida de forma bastante otimizada, com total integração. Pacheco

A ideia de estudar a construção civil se deu pelos altos índices de acidentes e a necessidade de abordagem crítica sobre os procedimentos de segurança no setor. A terceirização e a precarização do trabalho estão entre os temas. A publicação é fruto de convênio entre Ministério Público do Trabalho – MPT da 20ª Região, Universidade Federal de Sergipe – UFSE e Centro de Estudos em Economia do Trabalho - Cesit/Unicamp.

Scieza é engenheiro e Auditor-Fiscal do Trabalho da SRTE/RS e professor do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O livro está disponível gratuitamente em formato e-book.

Coisas do Cadu

O projeto pessoal de Carlos Alberto de Oliveira de contar as peripécias do filho Carlos Eduardo, de 10 anos, começou no Facebook e virou livro, publicado pela editora All Print. O Auditor-Fiscal conta que, mesmo ainda sendo criança, Cadu possui um senso de humor inteligente e criativo que foram sua inspiração. As histórias reais foram contadas no livro por meio de ilustrações e charges, de autoria do artista Aldefran Melo.

Carlos Alberto de Oliveira é Auditor Fiscal do Trabalho lotado na SRTE/RJ, formado em Ciências Contábeis e Direito, pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho pela Ematra - Escola de Magistratura do Trabalho RJ e em Negociação Coletiva pela UFRGS/MPOG.

Biblioteca Virtual

Luiz Antônio Medeiros apresentou o site organizado por ele, que disponibiliza gratuitamente Súmulas, Convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT, portarias e outros documentos públicos relacionados à legislação trabalhista. Segundo ele, o diferencial é a divisão do acervo em 380 assuntos, além do site estar em constante atualização.

Luiz Antônio é bacharel em Direito pela Universidade Potiguar (UnP) e em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Direito e Processo do Trabalho, na UnP. O endereço do site é:

www.legistrab.com.br



Sinait premia vencedores do concurso de Artigos Científicos



Sinait premia artigos de Auditores-Fiscais do Trabalho

No último painel da tarde de quarta-feira, 16 de setembro, os enafitianos conheceram os Auditores-Fiscais do Trabalho vencedores do concurso de Artigos Científicos do 33º Encontro Nacional. O tema do concurso foi o mesmo tema geral do Encontro – O Protagonismo da Auditoria-Fiscal do Trabalho no Combate ao Trabalho Escravo e na Defesa do Trabalhador. Conforme explicou a diretora do Sinait, Francimary Michiles, os trabalhos foram analisados por uma comissão que não teve acesso aos nomes dos autores, analisando tão somente o conteúdo, dentro das regras estabelecidas pelo Regulamento.

Assim, foram classificados os trabalhos de Leonardo Lani de Abreu, do Acre, em primeiro lugar; Emerson Victor Hugo da Costa Sá, do Amazonas; e Carlos Alberto de Oliveria, do Rio de Janeiro, que foi representado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho Daniel de Oliveira.

Eles receberam prêmios simbólicos, que servem como incentivo para continuar a produção de textos, artigos, livros, enfim,

conteúdo relacionado à Auditoria-Fiscal do Trabalho. Os prêmios de R\$ 3 mil, R\$ 2 mil e R\$ 1 mil, respectivamente, foram entregues pelas diretoras Francimary Michiles, Lillian Carlota Rezende e Rosângela Rassy.

Veja, a seguir, o resumo dos três artigos vencedores.

1º colocado Representações sociais sobre trabalho escravo e degradância

Leonardo Lani de Abreu

A representação idealizada do trabalho, da dignidade e da liberdade, propagada em canais diversos, como os sistemas de ensino formal e os meios de comunicação de massa, tem provocado um aviltamento no verdadeiro significado desses fenômenos, que ocupam espaço central na experiência humana, o que



Premiação é uma forma de incentivar os Auditores a produzirem cada vez mais

colabora para a ocorrência de retrocessos, como a tentativa da retirada, do art. 149 do Código Penal, das “condições degradantes” como critério caracterizador de trabalho em condição análoga à de escravo. O descortinamento do caráter ideológico de tais representações sociais aparece como um ato de resistência, capaz de distinguir os interesses que motivam a produção de determinado discurso.

Neste sentido, ganha importância o entendimento da dignidade não como um traço inerente ao sujeito, como creem os adeptos das teorias jusnaturalistas, mas sim como um atributo construído historicamente, que tem, entre outros artifícios, os Auditores-Fiscais do Trabalho. A dignidade é, simultaneamente, uma questão de ética e de política. Considerá-la apenas um fenômeno individual é fechar os olhos para a assimetria do poder ostentado pelas pessoas, que é a força da qual se valem para moldar suas próprias vidas. A democratização do poder se concretiza com a garantia aos cidadãos dos

recursos materiais mínimos, por meio de medidas como o combate à degradância nas relações trabalhistas.

2º colocado O protagonismo da auditoria-fiscal do trabalho no combate ao trabalho escravo e na proteção do trabalhador.

Emerson Victor Hugo Costa de Sá

O protagonismo da Auditoria-Fiscal do Trabalho no combate ao trabalho escravo e na proteção do trabalhador decorre da necessidade de enfrentamento das novas formas de exploração do labor humano, na medida em que desempenha o poder de polícia na defesa dos direitos fundamentais do trabalhador e na limitação do poder patronal. A atuação nessa seara consolidou-se nos âmbitos rural e urbano - como no setor de confecções, em que há trabalhadores estrangeiros em condições desumanas de trabalho.



Os artigos são importantes para conhecimento dos AFTs sobre a rotina da fiscalização

O comprometimento estatal com a eliminação da chaga deve-se à exposição do caso José Pereira perante a comunidade internacional. Como consequências, têm-se a intensificação das ações fiscais - criação de grupos móveis e resgate de milhares de trabalhadores -, a ampliação do conceito para abranger a jornada exaustiva e as condições degradantes, a divulgação da "lista suja", a instituição do seguro-desemprego especial, o controle dos fluxos migratórios, e a articulação interinstitucional, como propõe o Movimento Ação Integrada. O encerramento do ciclo da escravidão e o efetivo afastamento do trabalhador da condição de vulnerabilidade dependem de políticas públicas, com envolvimento das esferas estatal e privada; da formação e qualificação da comunidade atingida; e de novas formas de abordagem do fenômeno.

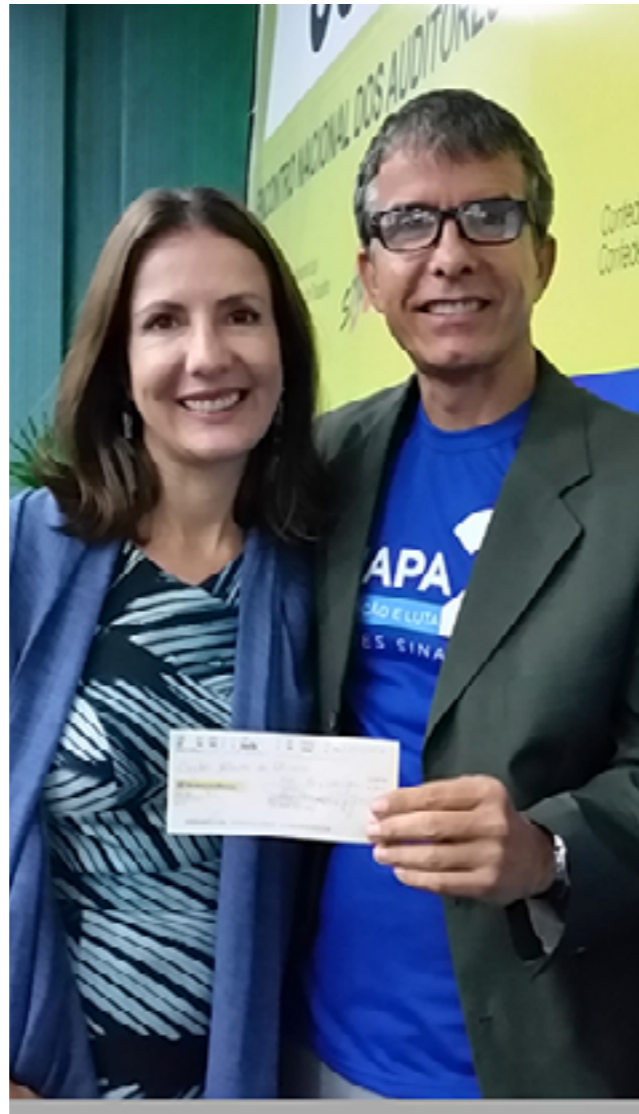
As dificuldades enfrentadas pela Inspeção do Trabalho podem ser superadas com a elevação dos investimentos nas ações de fiscalização, no preenchimento dos quadros e no reconhecimento da relevância da categoria - com a melhoria na comunicação com a sociedade, a garantia de uma política remuneratória justa e a aprovação da Lei Orgânica.

3º colocado O Auditor-Fiscal do Trabalho é protagonista no combate ao trabalho escravo e na proteção do trabalhador

Carlos Alberto de Oliveira

O objetivo deste artigo é provocar reflexão sobre o protagonismo do Auditor-Fiscal do Trabalho no combate ao trabalho escravo e na proteção do trabalhador diante do caso concreto dos chineses persuadidos a virem ao Brasil em busca de oportunidades. Daí o título "Quem pede pastel não quer recheio de escravidão - Estudo de caso sobre trabalhadores imigrantes chineses"(link para a íntegra do artigo).

Evidenciar-se-á a origem do pastel, como ele foi usado para proteger um grupo de pessoas de serem discriminadas e como, afinal, ganhou as manchetes para noticiar o trabalho análogo à escravidão. O artigo mostrará que é fazer tábua rasa desconsiderar que no Brasil e em várias partes do mundo, a exploração do homem pelo homem ocorre e que há nova forma de escravidão que, saindo da sociedade escravocrata do século XIX, avança barreira temporal, abandona área rural e toma conta dos espaços urbanos, ferindo



Os artigos são importantes para conhecimento dos AFTs sobre combate ao trabalho escravo no Brasil

gravemente a liberdade e a dignidade da pessoa humana.

Para demonstrar o pano de fundo que é o trabalho escravo e a proteção do trabalhador, vários apontamentos são feitos, frutos de pesquisas em revistas especializadas, em sites conceituados, melhores jurisprudência e doutrina. As estatísticas sobre empregados resgatados, a quantidade de empregados registrados, os valores levantados a título de FGTS e as orientações que preveniram acidentes fatais são a tônica para confirmarem que o Auditor Fiscal do Trabalho é expoente no combate ao trabalho escravo e na proteção do trabalhador. Conclui-se que o Auditor Fiscal é o protagonista quando se trata de combate ao trabalho escravo e proteção ao trabalhador, pela ação e suporte disponibilizado aos atores que atuam nesta área.



Palestra trata de educação
emocional e promoção
do bem-estar



Elisa Gonsalves provocou reflexão sobre educação emocional e bem-estar

A professora doutora Elisa Pereira Gonsalves, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, ministrou a palestra "Educação Emocional e Promoção do Bem Estar", no dia 16 de setembro, dentro da programação do 33º Enafit, em João Pessoa. O tema faz parte do grupo de pesquisa que ela coordena na instituição. Esta é uma atividade que, tradicionalmente, tem atraído os Auditores-Fiscais do Trabalho aposentados e os acompanhantes que vêm ao Encontro.

Elisa falou sobre pequenas atitudes do cotidiano que podem tornar a vida mais positiva e produtiva. "O estilo de vida e comportamento que

reproduzimos é determinante no aparecimento de doenças", completou. Segundo ela, o estilo de vida é a forma como as pessoas vivenciam o mundo, se comportam e fazem determinadas escolhas. "É o que você come, faz, pensa, sente. Não adianta deixar de comer carne, por exemplo, e a cabeça continuar tendo raiva de alguém, alimentando o corpo e a alma com coisas que não são boas".

A professora destacou que o estado emocional afeta todos os aspectos da vida e que as pessoas têm condição de modificar qualquer coisa que pode causar bloqueio físico. Nenhum

remédio trará o efeito desejado se o estado emocional está prejudicado. “O bem-estar não depende só de nós, mas também de outras pessoas ao redor. Nós estamos em rede”.

Educação Emocional

Elisa ressaltou que todos nós estamos em determinada rota de colisão e que existem aquelas pessoas que convivem com a violência emocional e isso não contribui para a promoção do bem-estar. “Pessoas que têm baixa autoestima, costumam se maltratar. Tudo começa muito pequeno, a partir de alguma desqualificação, a pessoa vai se mantendo naquilo e não consegue quebrar esse ciclo. Por isso, é necessário desenvolver fatores protetores como a capacidade de resiliência”.

De acordo com a professora, a educação emocional influencia nas mudanças de comportamento, por isso a necessidade de conhecê-la. Elisa citou que um conjunto de pesquisas realizadas nos Estados Unidos aponta que o êxito das pessoas na vida, no trabalho e na escola se deve a 23% das capacidades intelectuais e 77% a atitudes emocionais.

As descobertas também têm mostrado que a cognição e a emoção estão interligadas no desenvolvimento do aprendizado e na promoção da saúde. “Por isso, a importância do ambiente emocional. “Se você tiver um ambiente emocional desfavorável no trabalho, vai gerar problemas

psicológicos e doenças. A relação da violência com a educação emocional é fundamental, principalmente na vida das pessoas que têm muita raiva e medo”.

Emoções

Sobre as emoções, Elisa disse que é preciso vivenciá-las, pois estão relacionadas à percepção do que julgamos importante ou não. Guardar sentimentos pode causar doenças a exemplo da gastrite e dos problemas musculares. “As emoções fazem parte do nosso equipamento natural. O problema é ficarmos reféns das emoções a todo instante, de qualquer jeito e de forma desordenada”.

Por isso, de acordo com Elisa, a educação emocional é importante para aprendermos a viver bem, para conhecermos nossas próprias emoções e as do outro, sabemos nos relacionar melhor com as pessoas. “Não sofrer tanto, saber usar tudo o que você tem a serviço da saúde é fundamental para que você possa viver melhor”.

A professora deu várias dicas de como lidar com as emoções, principalmente a raiva. Ela realizou um exercício de meditação com a plateia e disse que, diante da vida corrida, com a avalanche de informações que temos contato no dia a dia, precisamos de momentos de relaxamento, que são diferentes de, por exemplo, simplesmente dormir.



Tribuna Livre é realizada em dois momentos



Segundo momento da Tribuna livre apresentou candidaturas à DEN

O 33º Enafit teve uma novidade em relação à Tribuna Livre, que aconteceu em dois momentos: O primeiro, na quinta-feira pela manhã, aconteceu da maneira tradicional, com os Auditores expondo suas ideias, críticas e reivindicações. Já o segundo foi o debate entre as chapas concorrentes à diretoria do Sinait, cuja transmissão foi feita ao vivo pela internet.

A Tribuna Livre realizada pela manhã trouxe várias questões atuais da categoria como a Campanha Salarial 2015, a valorização da carreira, realização do Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Conait, modernização das Delegacias Sindicais do Sinait, entre outros tópicos. As discussões foram

coordenadas por Milton de Vasconcelos Batista e Sebastião Estevam dos Santos.

As questões tratadas pelos enafitianos foram: a inclusão do Conait no organograma de eventos do Sinait; a preocupação de vários debatedores em relação à Super Receita, os desafios para a implantação das Delegacias Sindicais do Sinait nos Estados, a reivindicação de maior participação dos enafitianos nas rodas de debate como a própria Tribuna Livre. Foi solicitado ainda que no horário da Tribuna Livre não haja atividade paralela.

Falaram da importância da atuação parlamentar realizada pelos Auditores-Fiscais do Trabalho em conjunto com a Receita Federal





Audidores-Fiscais lotaram o plenário para ouvir os candidatos e participar do debate

do Brasil para a inclusão das duas carreiras na Proposta de Emenda à Constituição - PEC 443/2009. Nesta questão, disseram que o mesmo empenho implementado na Câmara dos Deputados deve ser desenvolvido em suas bases com os parlamentares nos Estados.

Assuntos como a relevância da categoria contra a chaga do trabalho escravo também foi citada na Tribuna. Nesta fala, o Auditor-Fiscal lembrou o assassinato de um índio Guarani no Mato Grosso do Sul, no dia 29 de agosto deste ano, por causa de disputa de terras.

Durante o debate, a presidente do Sinaít, Rosa Maria Campos Jorge, fez um histórico dos desafios da Campanha Salarial 2015, as reuniões no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP e da importância da união da categoria neste período tão conturbado.

Mais uma vez, circulou a notícia de que o governo federal poderia efetivar a fusão do Ministério do Trabalho e Emprego com a Previdência Social, o que acabou acontecendo logo depois do Enafit. Segundo Rosa Jorge, são várias novidades que exigem muita reflexão. "Precisamos agir com cuidado e permanecermos unidos".

Contribuíram com ideias, sugestões e experiências na Tribuna Livre os enafitianos Carlos Dias, José Luciano, Roberto Miguel Santos, Mário Diniz, Nadja Cardoso, Gladys Vasconcelos, Ítalo Mannarino, Lillian Carlota Rezende, Soraya Lima, Fábio Lantmann, Wellington Maciel, Paulo Roberto Warlet, Ana Palmira Arruda Camargo, Jair Teixeira dos Reis, Marco Aurélio Gonsalves, Manoel Prado, Marta Brito, Raphael Faria, Pedro Paulo Martins, Roque Helder e Solange Zamith.

Debate entre chapas concorrentes à DEN

Os candidatos à Diretoria Executiva Nacional do Sinaít - DEN apresentaram suas propostas para os enafitianos e também para Auditores-Fiscais de todo o Brasil, já que o debate foi transmitido ao vivo pela internet, pela primeira vez. Marcelo Campos (MG) e Alcedina Maria Barroso Leal (PE), respectivamente presidente e vice foram os candidatos da Chapa 1 - União e Resistência. Já Carlos Fernando da Silva Filho (PE) e Rosa Maria Campos Jorge (GO) representaram a Chapa 2 - Valorização e Luta.

Os candidatos falaram do orgulho de concorrer e poder representar a categoria em âmbito nacional e de suas propostas pela valorização da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Marcelo Campos falou da crise econômica

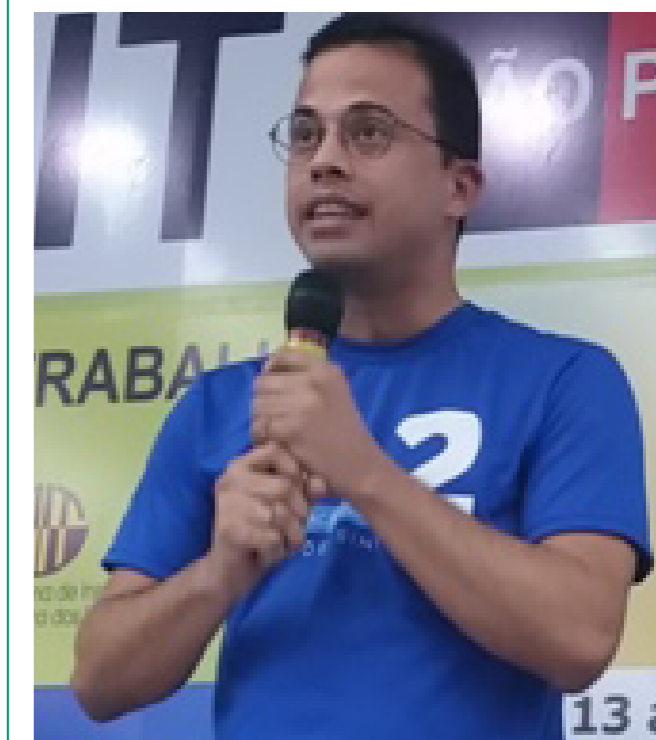
e política pela qual o Brasil passa e que afeta com muita força a categoria e disse que pretende lutar contra a precarização do Ministério do Trabalho e Emprego, além de defender a união dos colegas.

Carlos Silva falou da importância de uma chapa composta por todas as gerações de Auditores-Fiscais, do trabalho de dez anos do atual grupo gestor e das inúmeras conquistas da categoria ao longo deste período. Ele falou ainda que vai trabalhar em defesa da Auditoria-Fiscal para novas conquistas que valorizem os colegas.

Em tempo: A eleição ocorreu por meio eletrônico, nos dias 13, 14 e 15 de outubro. A chapa 2 foi a vencedora, com 1430 votos, contra os 1181 votos obtidos pela chapa 1. A posse da nova diretoria está marcada para o próximo dia 2 de dezembro.



Marcelo Campos falou do momento difícil da carreira e apresentou suas propostas do debate



Carlos Silva apresentou as propostas da Chapa 2 para o Sinaít

Propostas das Comissões de Política de Classe aprovadas em plenária



A valorização da carreira foi tema de um dos grupos

As propostas que resultaram das discussões das Comissões de Política de Classe realizadas nos dias 15 e 16 de setembro no 33º Enafit foram colocadas em votação durante plenária no dia 17 de setembro. A maioria dos itens foi aprovada. Os temas das Comissões de Política de Classe foram o “Engessamento da Auditoria-Fiscal do Trabalho” e “Caminhos e/ou estratégias que garantam segurança à Auditoria-Fiscal do Trabalho na sua carreira e prerrogativas”.

Sobre o engessamento, a discussão ocorreu no dia 15 de setembro, com trabalhos coordenados pelos diretores do Sinait Francimary Michiles e João Paulo Ferreira Machado. A plenária aprovou vários pontos que foram levantados como problemas para o exercício da função, como o desprestígio do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a falta de processos democráticos que envolvam a categoria na escolha dos cargos de chefia na Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT e nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTEs e ausência de concursos públicos, tanto para Auditor-Fiscal

quanto para servidores administrativos. Entre os itens aprovados também estão as deficiências de divulgação midiática da atuação dos Auditores-Fiscais por parte da SIT e as normas emitidas na SIT por interesse político. Muitos foram os problemas apontados, porém, não foram indicadas soluções para todos os pontos.

As propostas submetidas à plenária, que vieram da Comissão sobre “Caminhos e/ou estratégias que garantam segurança à Auditoria-Fiscal do Trabalho na sua carreira e prerrogativas”, foram geradas por vários questionamentos feitos nos grupos de trabalho em discussão realizada no dia 16 de setembro, com coordenação da diretora do Sinait Ana Palmira Arruda Camargo e da Auditora-Fiscal do Trabalho Vera Jatobá. Todos os assuntos tratados giraram em torno da valorização da Auditoria-Fiscal do Trabalho, fortalecimento da carreira e da categoria, tendo em vista o cenário de mudanças e incertezas com as medidas anunciadas pelo governo.

Os participantes aprovaram a busca de melhor estruturação da carreira, com aprovação da Lei Orgânica do Fisco - LOF e



Os grupos discutiram e apresentaram suas propostas

luta pelo retorno da paridade, intensificação dos trabalhos parlamentares pela Proposta de Emenda à Constituição - PEC 186/2007, além da necessidade de buscar apoio da sociedade e de representações de trabalhadores, garantir e ampliar competências e prerrogativas, entre outras.

Propostas aprovadas sobre “Engessamento da Auditoria-Fiscal do Trabalho – Causas/Problemas e Soluções”

Deficiência no processo de seleção para lotação na SIT. Ausência de critérios técnicos e não exigência de experiência nos temas; Interferências nos embargos e interdições

lavrados pelos Auditores-Fiscais do Trabalho; Ausência e normatização para utilização do instrumento da Mora Contumaz de FGTS e Salários; Entendimento de “Bis in Idem” nos autos de infração lavrados por cada descumprimento de multas sucessivas (salários, FGTS, etc); Planejamento não participativo e não democrático. Solução: Ouvir a categoria para definição das metas; Não comunicação aos Auditores-Fiscais do Trabalho das decisões administrativas sobre autos de infração lavrados e NDFC, no caso de impropriedade; Corte de Diárias; Insuficiência das condições de transporte: indenização de transporte irrisória; falta de veículos oficiais e de motoristas;



Comissões de Política de Classe geraram discussões produtivas

Excesso de requisições por parte do MPT;
Decisões judiciais contrárias às prerrogativas dos Auditores-Fiscais do Trabalho;
PLANCITE - Engessador e mal elaborado. Formulação sem discussão com a categoria.
Solução: Permitir a participação dos Auditores-Fiscais do Trabalho na elaboração do programa. Realizar melhorias na forma de diagnóstico e na operacionalização do plano;
Descompromisso do Governo Federal com a reposição e recomposição do quadro da Auditoria-Fiscal do Trabalho. Ausência de Concursos Públicos (Auditores-Fiscais e Administrativos);
AGU e CGRIMTE como pontos de engessamento. Decisões contrárias entre si e contrárias à fiscalização;

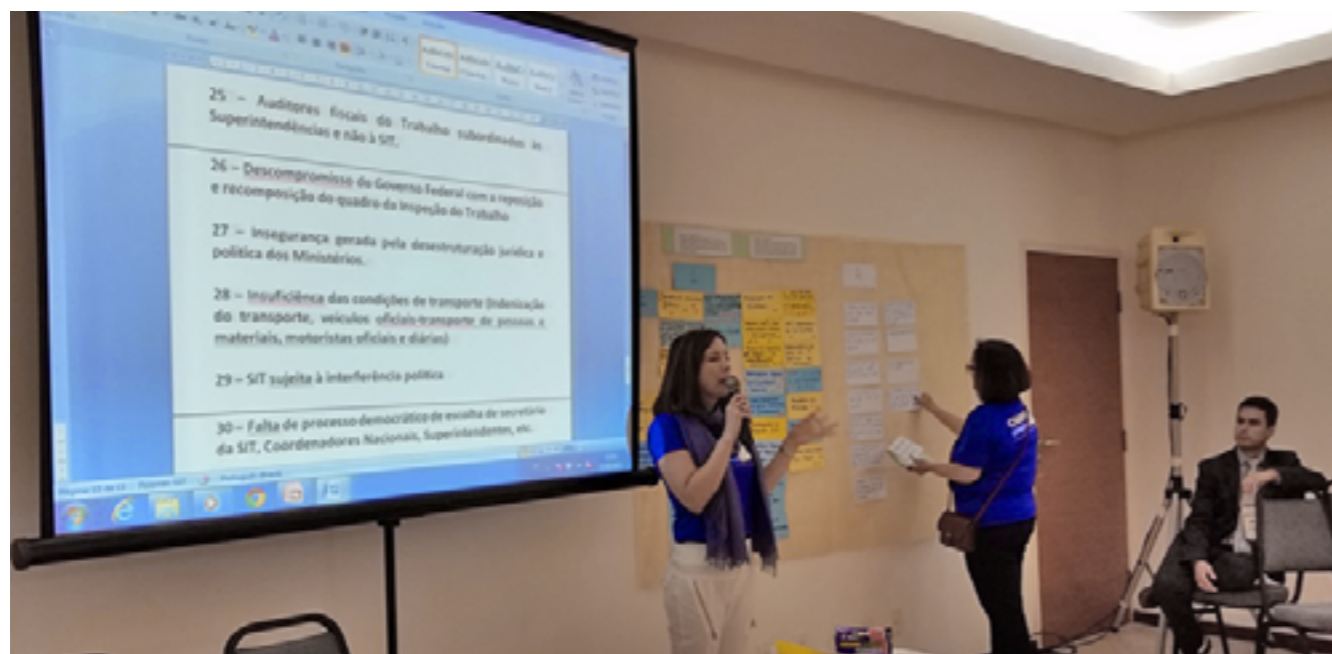
Avocatórias do Ministro de processos administrativos fiscais;
Emissão de Normas por decisão singular. Normas emitidas na SIT por interesse político. Lacuna de normas também pode engessar. Solução: Efetiva participação da categoria na elaboração e revisão das normas. Criar um colegiado para elaboração de normas;
Ausência de capacitação e compartilhamento de informações para Auditores-Fiscais do Trabalho, por parte da SIT;
Não valorização e não fortalecimento da Enit. Solução: Fortalecimento da Enit com autonomia financeira e administrativa;
Despreparo dos gestores da criação e execução dos projetos de fiscalização;

Isolamento da Auditoria-Fiscal do Trabalho de outras Auditorias. Solução: Unificação das Auditorias;
Desprestígio do MTE;
Metas do PPA exclusivamente quantitativas.

Propostas aprovadas sobre “Caminhos e/ou estratégias que garantam segurança à Auditoria-Fiscal do Trabalho na sua carreira e prerrogativas”

Consulta à categoria sobre a melhor vinculação institucional; reivindicar concurso público e preservar as nossas prerrogativas, onde quer que estejamos;
Realização imediata de Assembleias para buscar o posicionamento da categoria a respeito da unificação das Auditorias;
Discussão da carreira e da unificação em Assembleias, com grupos de estudos;
Busca de melhor estruturação, com aprovação da LOF e luta pelo retorno da paridade;
Buscar apoios estratégicos – OIT/Centrals Sindicais/Poder Judiciário e Movimentos Sociais;
Intensificar os trabalhos parlamentares pela PEC 186 e a pela LOF;
Buscar meios políticos para manter nossas prerrogativas, onde estivermos;
Criação de Comitês estaduais para estreitar o

relacionamento com deputados e senadores;
Assembleia do Sinait urgente (AGN) para deliberar sobre a proposta de unificação e, se aprovada, constituir grupo de estudos técnico para elaborar a minuta;
Unificação com a RFB, com transferência da estrutura e competências da SIT;
Criação de GT para elaboração de projeto de lei de estruturação das carreiras da Auditoria-Fiscal;
Encaminhamento ao Governo de projeto de lei (minuta) preservando prerrogativas, atribuições e competência;
Criação da Auditoria-Fiscal da República, com Auditores da RF e Trabalho do MTE;
Criar uma secretaria forte, independente e autônoma na estrutura para onde formos;
Criação de uma Secretaria de Inspeção do Trabalho com autonomia administrativa, financeira e orçamentária;
Discussão entre Sinait e Sindifisco Nacional para estruturar a carreira da Auditoria-Federal;
Unificação das Carreiras de Auditoria-Fiscal, respeitada a Convenção 81 da OIT;
Fazer mais contatos parlamentares para apoio à criação da Auditoria da República;
Unificação e criação da Auditoria-Fiscal Federal;
Buscar apoio social (da sociedade) com mais contatos junto às representações de trabalhadores;
Garantir e ampliar competências e prerrogativas (mudança legislativa).



Problemas enfrentados pelos Auditores-Fiscais foram abordados

Baixa publicidade para ações fiscais, por vezes apropriadas por outros órgãos devido à deficiência na divulgação por parte do SIT. Ausência de norma específica para dar mais visibilidade às ações fiscais (mídia, audiências públicas etc);
Instrumentalização da Auditoria-Fiscal do Trabalho com base em políticas de Governo (e não de Estado);
Auditores-Fiscais do Trabalho subordinados administrativamente às Superintendências e não à SIT;
Insegurança gerada pela desestruturação jurídica e política dos Ministérios;
SIT sujeita à interferência política. Falta de autonomia e de orçamento próprio da SIT. Solução: Aprovação da LOF;

Falta de processo democrático de escolha de secretário da SIT, de Coordenadores Nacionais, de Superintendentes, cargos de chefia ocupados por pessoas alheias ao quadro;
Fragmentação da categoria (legislação-segurança-flex, com aposentadoria plena e sem novos, antigos etc). Solução: Buscar a paridade;
Desestruturação da Semur. Solução: Reestruturação da Semur, passando pela informatização, quadro, etc;
Ausência de interlocução com a sociedade. Distanciamento dos movimentos sociais e dos sindicatos de trabalhadores. Solução: Integração interinstitucional, governamental e não governamental. Mudança da visão política da fiscalização;

Observações apresentadas

- Assumir a fiscalização previdenciária, brigando por competência de outro órgão, neste momento, pode gerar um conflito com os Auditores-Fiscais da Receita Federal. Essa iniciativa pode gerar um conflito intenso e prejudicar a estruturação da nova instituição que pode ser criada para a Auditoria Federal (ou da União);
- Precisamos de um movimento na defesa das competências e prerrogativas da Inspeção do Trabalho (se houver dúvida se a competência é nossa, devemos dizer que sim);
- Discutir estratégias para trazer os novos Auditores-Fiscais para a luta unificada da categoria. Precisamos de mobilização e participação sindical de toda a categoria.

Mensagem de luta e emoção no encerramento



Comissão Organizadora do 33º Enafit

Na manhã de sexta-feira, 18 de setembro, encerrou-se o 33º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, em João Pessoa (PB). Durante toda a semana centenas de Auditores-Fiscais reuniram-se em painéis, comissões de política de classe, cursos de atualização, tribuna livre, plenárias e debate das chapas concorrentes à Diretoria Executiva Nacional do Sinait, pela primeira vez transmitido ao vivo pela internet. Foram dias ricos em debates e discussões que o Sinait leva para o dia a dia da atuação sindical.

Rosa Jorge, presidente do Sinait, e Carlos Silva, vice-presidente, anteciparam sua volta a Brasília em razão de reunião no Ministério do Planejamento marcada para as 17 horas. O Grupo Fisco e os Delegados da Polícia Federal seriam recebidos pelo secretário de Relações do Trabalho Sérgio Mendonça, dando continuidade às tratativas da Campanha Salarial 2015. O momento era crítico diante das medidas anunciadas pelo governo naquela semana.

Em tempo: resultados da reunião

Antes de sair, Rosa Jorge deixou uma mensagem de otimismo e de luta à categoria. “Só vamos conseguir alguma coisa, só temos chance se permanecermos mobilizados, porque o governo só responde se tiver pressão. Por isso conclamo a todos que falem com seus colegas, nas Superintendências, e levem essa mensagem.

Outras categorias estão mobilizadas, não somos só nós, são todos os servidores públicos, indignados com a forma como o governo está nos tratando. Nós temos motivos de sobra para estarmos indignados”.

Lembrou que no dia 23 de setembro os servidores estariam em mobilização e paralisação nacional, da qual os Auditores-Fiscais do Trabalho participaram e denunciaram à população o verdadeiro assalto aos direitos. “Quem cala, consente”, disse a presidente, incentivando a categoria a fazer parcerias com entidades sindicais para amplificar os problemas do então Ministério do Trabalho e Emprego e a desvalorização da Auditoria-Fiscal do Trabalho. “Vamos à luta, porque é na luta que vamos conseguir!”, finalizou.

Carlos Silva valorizou o Enafit como um espaço democrático e rico, construído pela categoria e que deve continuar. Agradeceu a todos os colegas da Paraíba que fizeram do 33º Enafit um grande encontro.

Maria da Paz Bezerra do Nascimento, Delegada Sindical da Paraíba e presidente do 33º Enafit, fez uma fala de emoção, agradecimentos e homenagens, em primeiro lugar, aos Auditores-Fiscais da Paraíba, que são, para ela, uma “irmandade”. Todos os presentes subiram ao palco, junto com a Comissão Organizadora do Encontro, para receber o carinho dos enafitianos. Ela também agradeceu às famílias e aos trabalhadores que ajudaram a construir o evento.



Maria da Paz faz a leitura da Carta de João Pessoa

Homenagens especiais foram prestadas a ela mesma, à presidente do Sinait, Rosa Jorge, e à Auditora-Fiscal do Trabalho Nelbe Wanderley.

Moção



Franklim Rabelo

Apenas uma moção foi apresentada pelo Auditor-Fiscal do Trabalho Franklim Rabelo,

contra os ataques à Norma Regulamentadora – NR 12, que está sob ameaça de dois projetos, um na Câmara e outro no Senado, propondo que seja sustada. A Norma trata de Segurança e Saúde em Máquinas e Equipamentos. A Moção de Repúdio será encaminhada aos parlamentares. Confira o texto aprovado.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os Auditores-Fiscais do Trabalho presentes no 33º Enafit apresentam Moção de Repúdio contra os ataques do Congresso Nacional à Norma Regulamentadora nº 12, sobre Segurança em Máquinas e Equipamentos.

As Normas Regulamentadoras são instrumentos de proteção aos trabalhadores e direito fundamental previsto no artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a necessidade imperiosa da redução dos riscos nos ambientes de trabalho.

A NR 12 foi uma construção tripartite, com participação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, dos trabalhadores e dos empregadores. Não é aceitável que os empregadores, depois de um trabalho de anos, façam campanha pela suspensão de uma norma que protege a vida e patrocinem projetos políticos que atacam frontalmente as regras.

Milhares de trabalhadores são vítimas de acidentes em máquinas, são mutilados ou perdem a vida. A NR 12 é um grande avanço e não permitiremos o retrocesso.

João Pessoa, 18 de setembro de 2015



Enafitianos comemoram escolha do Rio de Janeiro para sediar 34º Encontro Nacional

O 34º Enafit será na “Cidade Maravilhosa”

A plenária final do 33º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, em 18 de setembro, aprovou o Rio de Janeiro para sediar o evento em 2016. A Cidade Maravilhosa já recebeu os enafitianos pela primeira vez em 1990 e agora, mais uma vez, pretende proporcionar, numa cidade ímpar, oportunidade de discussão política e diversão num dos Estados mais bonitos do Brasil.

Num discurso emocionado, o presidente da Delegacia Sindical do Sinaít no Rio de Janeiro – DS/RJ, Pedro Paulo Martins, agradeceu aos organizadores do 33º Enafit em João Pessoa pelo excelente evento e pelo carinho como foram recebidos na capital pessoense. O Auditor-Fiscal tem uma ligação antiga e carinhosa com a Paraíba em razão dos pais e avós serem naturais

do Estado. “Este é momento muito especial por estar passando um Enafit aqui e conseguir ser escolhido para levá-lo para o Rio de Janeiro”.

Segundo Pedro Paulo, os Auditores-Fiscais do Rio e o povo carioca esperam de braços abertos os enafitianos na capital fluminense. “Esperamos oferecer no 34º Enafit o que há de melhor na cidade mais bonita do país com diversos pontos turísticos conhecidos em todo mundo como o Arco da Lapa, a Feira de São Cristóvão, o Bondinho, o Pão de Açúcar, entre todas belezas naturais”.

O Rio de Janeiro foi aprovado pela plateia com entusiasmo e alegria, ao som de Cidade Maravilhosa, canção símbolo de uma das cidades mais belas do mundo.

Diversão e arte no 33º Enafit em João Pessoa



Debates importantes foram travados no 33º Enafit em João Pessoa (PB). Paralelo às discussões, os enafitianos participaram de várias atividades culturais e enriqueceram o encontro.

Na abertura do evento, no domingo, 13 de setembro, os paraibanos cantaram o hino popular da cidade “Meu Sublime Torrão” acompanhados pelo sanfoneiro Vangelis Siqueira. Dançaram ao som da banda Baile.com, que há onze anos anima festas pelo Nordeste. Os cantores Rose Martins, Nino de Paula, Gera Almeida

e Lourivaldo Rodrigues comandaram o baile dos festeiros.

Na programação “Riso, Prosa e Bucho Cheio” de segunda-feira, 14 de setembro, os enafitianos assistiram ao espetáculo de humor do arquiteto por profissão, poeta por vocação, matuto por convicção, Jessie Quirino. Após o evento, os participantes se confraternizaram ao som da voz, violão e gaita do cantor Gabriel Caminha.

O “Star Night – Você é a estrela”, na terça-feira, 15 de setembro, foi o momento em que novos talentos aparecem e famosos aspirantes ascendem ao estrelato, tudo ao som



da banda D’Classe. Os mais tímidos aproveitaram para dançar na boate ao som do Vinny DJ.

Na quinta-feira, 17 de setembro, a banda de Júnior Limeira comandou a noite de forró “É proibido cochilar”. Além da participação intensa dos forrozeiros arrastando a chinela no salão, vários enafitianos, mais uma vez, mostraram seus talentos acompanhados pela banda. A poeira subiu e a festa do arrasta-pé seguiu até a madrugada.

Agradecimentos

A diretoria do Sinait agradece a todas as pessoas que se empenharam na realização do 33º Enafit. É sempre uma grande correria, muitas reuniões e muitas discussões para chegarmos a uma programação técnica e cultural que se identifique com nossos Auditores. A comissão organizadora local e a nacional se dedicaram e puderam contar com equipes também muito empenhadas em todas as frentes. Não podemos deixar de agradecer e não podemos citar cada um, sob pena de esquecer alguém que deu a sua contribuição. Por isso, vai aqui neste espaço nossos sinceros agradecimentos a todos. O sucesso de cada Enafit é resultado dessa dedicação, que jamais vamos esquecer!



COMISSÃO ORGANIZADORA

Pelo Sinait:
Rosa Maria Campos Jorge – presidente do Sinait
Carlos Silva – vice-presidente do Sinait
Ana Palmira Arruda Camargo
Francimary Michiles
Hugo Carvalho Moreira
Orlando Vila Nova
Rosângela Rassy

Pela Delegacia Sindical e pela AAFTPB:
Maria da Paz Bezerra do Nascimento



DIRETORIA

Presidente: Rosa Maria Campos Jorge (GO)
Vice-Presidente : Carlos Fernando da Silva Filho (PE)
Diretor de Planejamento e Finanças: Hugo Carvalho Moreira (CE)
Adjunta: Francimary Oliveira Michiles (AM)
Diretora de Administração e Patrimônio: Ana Palmira Arruda Camargo (SP)
Adjunto: Milton de Vasconcelos Batista (RN)
Diretor de Política de Classe: Roberto Miguel Santos (BA)
Adjunto: Fábio Jerônimo Brandalise (RS)
Diretor de Prerrogativas: Leandro Costa Marinho (MG)
Adjunto: João Paulo Ferreira Machado (MS)
Diretora de Inspeção do Trabalho: Lilian Carlota Rezende (SC)
Adjunta: Marii Costa Pereira (BA)
Diretor de Saúde e Segurança do Trabalhador: Francisco Luis Lima (PI)
Adjunto: Franklim Rabelo de Araújo (CE)
Diretora de Aposentados e Pensionistas: Alberlita Maria da Silva (PE)
Adjunto: Benvindo Coutinho Soares (MA)
Diretor de Comunicação: Sebastião Estevam dos Santos (SP)
Adjunto: Orlando da Silva Vila Nova (PA)
Diretor de Assuntos Jurídicos: Marco Aurelio Gonsalves (DF)
Adjunto: Ítalo José Mannarino (RJ)
Diretora de Assuntos Parlamentares: Eury Almeida França (RJ)
Adjunto: Roberto Vereza de Oliveira (ES)
Diretora de Assuntos Culturais : Rosângela Silva Rassy (PA)
Adjunta: Tania Maria Tavares e Silva (PB)
Diretor de Relações Intersindicais: Fabio Ubirajara de Campos Lantmann (PR)
Adjunto: José Sérgio Ferreira da Trindade (SE)
Diretor de Relações Internacionais: Valdiney Antonio de Arruda (MT)
Adjunta: Martha Cavalcanti Leão da Fonseca (AL)

CONSELHO FISCAL NACIONAL – CFN

TITULARES:

Dalísio Domingues dos Santos (SP)
Najla Maria Said Daibes Resque (PA)
Wlaudecyr Antonio Goulart (MT)

SUPLENTES:

Clodoaldo Cordeiros de Matos (DF)
Roberto Carlos Arruda de Araujo (PE)
Sérgio Luiz André Bambino (RJ)



EXPEDIENTE

Revista do Sinait - Especial 32º Enafit - No 20 - Março de 2015
Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - Sinait
SCN Qd. 01, Bloco C, no 85, Salas 401/07 - Edifício Brasília Trade Center
Brasília-Distrito Federal - CEP70.711-902
Telefone: (61) 3328-0875 - Fax: (61) 3328-6338
sinait@sinait.org.br - www.sinait.org.br

Jornalistas responsáveis: Cláudia Machado (MG 06093JP) e Nilza Murari (MG 04352JP)
Redação e revisão: Andréa, Aletheia Vieira, Cláudia Machado e Nilza Murari.
Projeto gráfico e impressão: Propag Comunicação Ltda. (61) 9985-1985 - (61) 3234-8535
Tiragem: 7.000 exemplares

